



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HELIAN MICAEL LIMA SANTOS

COMPETIÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO: evidências para municípios
brasileiros

Caruaru
2025

HELIAN MICAEL LIMA SANTOS

COMPETIÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO: evidências para municípios
brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia Política

Orientador (a): Prof. Dr. Klebson Humberto de Lucena Moura

Caruaru

2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Inefável Criador pelo privilégio da existência e pela oportunidade de, ao menos, tentar ser útil e deixar rastro nessa terra.

Aos meus pais, Lenilson e Josefa, por todo o apoio, por todo o carinho e por sempre me esperarem chegar da universidade, noite após noite.

Agradeço também aos meus avós, Severina e Manoel Costa, por desde a infância me motivarem a estudar e a buscar ser “sabido”. E aos demais familiares, por estarem presentes em minha vida.

Agradeço a todos os gigantes do conhecimento humano, sobre os ombros dos quais sempre tentei olhar mais longe.

A meu orientador, Prof. Dr. Klebson Moura, pela ajuda, não só no meu Trabalho de Conclusão de Curso, mas sempre que eu precisei e sempre que me deixei ser ajudado.

Também agradeço à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), lugar onde pude crescer como pessoa, e a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória.

Por fim, agradeço a todos os amigos – de salas de aula, dos corredores e de viagem –, enfim, a todos aqueles que fizeram parte dessa jornada.

Competição política e desenvolvimento: evidências para municípios brasileiros

Political competition and development: evidence for brazilian municipalities

Helian Micael Lima Santos¹

RESUMO

Compreender a relação entre competição política e desenvolvimento é fundamental para avaliar como os fatores políticos podem influenciar a determinação das políticas públicas, e conseqüentemente, no desenvolvimento econômico, social e institucional dos municípios. O presente trabalho tem como objetivo evidenciar o impacto da competição política sobre o desenvolvimento dos municípios brasileiros, analisando um conjunto composto por 365 municípios de todas as regiões do país, o que garante diversidade territorial e representatividade na amostra. Destacando a importância da disputa em um ambiente democrático, que permite a ampla e livre competição pelo poder político, realizou-se uma vasta discussão teórica sobre os efeitos da competição política nos mais diferentes níveis geográficos: países, estados e municípios. Discutiram-se também as características da competição política no contexto brasileiro, e foi apresentado o relevante papel dos municípios dentro do arranjo federativo do Brasil, especialmente no que se refere à provisão de serviços públicos e à gestão de políticas locais. Posteriormente, tendo como ponto de partida os resultados eleitorais das eleições municipais de 2020, observa-se empiricamente a relação entre a competição política e o desenvolvimento dos municípios no período entre os anos de 2021 e 2023, medidos pelo Ranking de Competitividade dos Municípios. Os resultados demonstram que a competição política exerce influência sobre o desempenho dos municípios, mas seu impacto é relativamente pouco expressivo, o que indica que, isoladamente, esse não é um fator determinante para o desenvolvimento municipal.

Palavras-chave: Economia política; Competição política; Desenvolvimento.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: helian.mical@ufpe.br

ABSTRACT

Understanding the relationship between political competition and development is essential to assess how political factors can influence the determination of public policies and, consequently, the economic, social and institutional development of municipalities. This study aims to highlight the impact of political competition on the development of Brazilian municipalities by analyzing a sample of 365 municipalities from all regions of the country, which ensures territorial diversity and representativeness in the sample. Highlighting the importance of competition in a democratic environment that allows for broad and free competition for political power, a broad theoretical discussion was held on the effects of political competition at different geographic levels: countries, states and municipalities. The characteristics of political competition in the Brazilian context were also discussed, and the relevant role of municipalities within the Brazilian federative arrangement was presented, especially with regard to the provision of public services and the management of local policies. Subsequently, taking as a starting point the electoral results of the 2020 municipal elections, the relationship between political competition and the development of municipalities in the period between 2021 and 2023, measured by the Municipal Competitiveness Ranking, is empirically observed. The results demonstrate that political competition influences the performance of municipalities, but its impact is relatively insignificant, which indicates that, in isolation, it is not a determining factor for municipal development.

Keywords: Political economy; Political competition; Development.

DATA DE APROVAÇÃO: 11 de abril de 2025.

1 INTRODUÇÃO

O pacto constitucional Brasileiro firmado na constituição de 1988 delega aos municípios a responsabilidade de gerir parte considerável dos serviços públicos no país, o que escancara a importância da administração pública municipal na vida dos cidadãos. Nesse sentido não é uma questão trivial entender os determinantes que levam uma gestão municipal a ser bem-sucedida.

Portanto, entender os processos e instituições políticas que regem os municípios brasileiros, e particularmente, o grau de competição pelo comando do executivo municipal pode ser uma boa maneira de entender os resultados de uma gestão.

A livre disputa pelo poder político é uma característica importante do regime democrático pois serve para o distinguir de outras formas de governo conhecidas. Tal competição ocorre fundamentalmente por meio das eleições, que no Brasil acontecem de maneira ininterrupta a cada 4 anos para os cargos do executivo e do legislativo municipal. A eleição é o campo no qual os partidos e grupos políticos disputam a preferência do eleitorado, confrontando não apenas candidatos, mas também posições ideológicas, programas de governos e as diferentes visões de como melhor administrar um município. O presente trabalho buscará apresentar a discussão existente na literatura sobre os impactos da competição política na qualidade dos indicadores socioeconômicos bem como demonstrar empiricamente que a competição política é um elemento significativo para explicar a qualidade do desenvolvimento de municípios brasileiros.

A análise dos impactos causados pela competição política tem sido objeto de estudo de diversos trabalhos presentes na literatura (Acemoglu e Robinson, 2000; Besley *et al.*, 2006; Uppal, 2011; Arvate, 2013; Ferraz *et al.*, 2020). Apesar de não existir um consenso na literatura sobre qual o principal canal de interação pelo qual a competição afeta a qualidade do desenvolvimento, alguns trabalhos atribuem à competição a capacidade de alterar a qualidade dos políticos escolhidos pelos partidos e pelo eleitorado. A competição pelo poder pode afetar o desenvolvimento à medida que o acirramento da disputa e o conseqüente risco de insucesso eleitoral pode levar os partidos a selecionarem os melhores candidatos disponíveis, e também pode levar a eleição de melhores candidatos, o que traz como conseqüência a adoção de políticas públicas mais eficientes (Besley *et al.*, 2006; Padovano e Ricciuti, 2009).

Outros autores como Garcia-Veja e Herce (2005) acreditam que a instabilidade causada pela competição política é capaz de mudar os incentivos que guiam as ações dos agentes políticos. Uma vez que a expectativa de permanência no poder por parte do grupo que detém o comando do governo diminui, isso levaria a uma maior suscetibilidade à corrupção e a um menor zelo com os resultados das políticas públicas, ao passo que um maior risco de substituição por um grupo adversário manteria a busca do titular do cargo pela melhoria dos resultados de sua administração.

Atualmente o Brasil é subdividido em mais de 5.500 municípios, dado a ampla vastidão do seu território, tais municípios estão expostos a contextos e dificuldades completamente diferentes que podem afetar as ações e os resultados dos governos locais. Os municípios

brasileiros são dotados de autonomia financeira e administrativa, o que potencializa o impacto das ações do executivo municipal, mas também é responsável por trazer maior pressão da sociedade por serviços públicos de qualidade.

Alguns trabalhos trataram de analisar os efeitos da competição política sobre aspectos administrativos de municípios brasileiros (Arvate, 2013; Marciniuk e Bugarin, 2019; Ferraz *et al.*, 2020). Arvate (2013) olhou os efeitos da competição política sobre a responsividade dos governos municipais, focando especificamente na relação entre a competição política e a oferta de bens públicos. Marciniuk e Bugarin (2019) observaram o comportamento da política fiscal dos municípios frente à possibilidade de reeleição do atual mandatário do cargo, analisando se prefeitos que buscam a reeleição ajustam suas decisões fiscais de modo a maximizar as chances de reeleição. Ferraz *et al.* (2020) usaram a alteração no nível de competição política nos municípios de três Estados brasileiros para medir o desenvolvimento de longo prazo desses municípios, considerando aspectos abrangentes de desempenho dos municípios como índices de corrupção, oferta de bens públicos e indicadores de saúde e educação, que podem ser entendidos como medidas de qualidade do serviço público prestado no município.

Em tais estudos se observam limitações para analisar os efeitos da competição política sobre os desenvolvimentos de maneira ampla. A principal dificuldade dos trabalhos presentes na literatura diz respeito à limitação de análise, que em geral está concentrada em aspectos isolados, como indicadores de renda, qualidade da educação ou a oferta de serviços públicos. Além disso, ao tratar tais elementos de maneira separada os estudos não permitem que se tenha uma visão integrada do estado geral de desenvolvimento dos municípios. Outra limitação encontrada na literatura é referente ao escopo da análise. Em geral, os municípios analisados formam grupos pouco heterogêneos, como por exemplo municípios de um mesmo Estado. Tais composições não levam em consideração diferentes contextos socioeconômicos e regionais que podem afetar o desempenho dos municípios. Por isso entende-se que para que se encontre evidências mais robustas dos impactos da competição política no desenvolvimento é necessário considerar diferentes contextos em que os municípios estão inseridos.

Para preencher as dificuldades encontradas em outros estudos, o presente trabalho se utilizará dos resultados compilados pelo Ranking de Competitividade dos Municípios, produzido pelo Centro de Liderança Pública (CLP). O Ranking é composto por 65 indicadores que influenciam o desenvolvimento local, permitindo comparar o desempenho de diferentes gestões municipais, além de analisar os pontos fortes e as áreas em que são necessárias melhorias. O Ranking, que analisa municípios com população superior a 80 mil habitantes, divide seus indicadores em 3 pilares: Instituições, Sociedade e Economia, o que viabiliza a

observação do desempenho dos municípios em diferentes aspectos. O presente trabalho tem como objeto de estudo 365 municípios, de todas as regiões do país, observados pelo ranking entre os anos de 2021 e 2023. A mensuração da competição política tem como base o pleito eleitoral de 2020 onde são utilizados três métricas distintas para medir o nível de competição: a primeira é a margem de vitória do prefeito eleito sobre o segundo colocado. A segunda medida leva em consideração o número de candidatos votados no pleito, e a terceira medida considera a reeleição ou não do atual prefeito.

Dessa forma, este trabalho ajuda a estender a compreensão dos impactos da competição política sobre o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Inicialmente se buscou aprofundar a discussão sobre o tema, tendo como base a vasta bibliografia disponível. Focando inicialmente na discussão ampla sobre o tema, e depois tratando de casos sujeitos ao contexto brasileiro. Além disso, também é apresentada a discussão sobre o mecanismo da reeleição. Posteriormente é apresentada e discutida a importância dos municípios no sistema federativo brasileiro. Depois são apresentados números detalhando os resultados das eleições municipais de 2020, partindo do conjunto de municípios analisados. Também é apresentada uma síntese dos resultados do Ranking de Competitividade dos Municípios no período entre 2021 e 2023, considerando a nota geral e as dimensões do Ranking de maneira isolada. Por fim, testa-se empiricamente a relação entre a competição política e o desenvolvimento dos municípios por meio de uma regressão com pooling, na qual todos os dados municipais são agrupados e tratados como uma amostra única, e onde é verificada a relação entre as duas variáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está dividida em duas subseções. A primeira apresenta, inicialmente, uma ampla discussão sobre os impactos da competição política no desenvolvimento, possibilitando ao leitor contato com teorias que estruturam e norteiam o debate sobre o tema. Além disso, nessa subseção é apresentada a discussão sobre os impactos da competição política no contexto brasileiro, enfatizando também o instrumento da reeleição. Já a segunda subseção trata da importância dos municípios dentro da federação brasileira, e também discute o desenvolvimento municipal, enfatizando o Ranking de Competitividade dos municípios.

2.1 Competição Política e desenvolvimento

Uma das ideias mais amplamente aceita nas discussões econômicas é a ideia de que mercados concorrenciais, caracterizados pela disputa entre agentes, via de regras são responsáveis por gerar maiores níveis de bem-estar social do que mercados monopolistas, nos quais a ausência de rivalidade pode levar à ineficiência e à exploração dos consumidores. Essa lógica também pode ser estendida ao mercado político, onde a democracia funciona como um tipo de mercado onde existe a livre circulação de ideias e a disputa pelo poder entre diferentes grupos. Contrastando com outros regimes, onde a competição política é limitada ou inexistente, a democracia possibilita que a competição pelo poder seja livre e aberta. Esse ambiente favorece a alternância no poder, reduzindo a possibilidade de cooptação das instituições públicas por parte de grupos políticos. Além disso, permite que a sociedade tenha um papel ativo no processo decisório, o que confere maior legitimidade às políticas públicas adotadas.

Para Schumpeter (1942), a competição pelo poder político é um elemento fundamental no entendimento da democracia. O autor sustenta que a existência de eleições livres e competitivas representa uma condição necessária para que um país possa, de fato, ser considerado democrático. Nesse sentido, a competição política funciona como um mecanismo de seleção de lideranças, no qual diferentes grupos disputam a preferência do eleitorado por meio de propostas e programas distintos. A disputa no regime democrático ocorre principalmente por meio de eleições, que seriam um mecanismo eficiente para a escolha de políticos e seriam capazes de diminuir a assimetria de informação presente neste mercado. No processo eleitoral, os eleitores têm a oportunidade de avaliar propostas e comparar os candidatos, utilizando as informações disponíveis para tomar suas decisões de voto. Além disso, a recorrência das eleições permite o ajuste nas escolhas políticas ao longo do tempo, funcionando como uma ferramenta de controle e responsabilização dos governantes diante da sociedade.

Stigler (1972) traça semelhanças entre a competição política e a competição econômica, argumentando que sob regimes democráticos, os eleitores podem atingir suas preferências mesmo defendendo teses não majoritárias, o que fortalece a representatividade e a dinâmica democrática. Dessa forma, o sistema político permite que diferentes ideias e interesses sejam levados em consideração no debate público, promovendo um ambiente de pluralismo que estimula a responsividade dos agentes públicos. Tais características levam os grupos políticos a ampliarem seu leque de propostas, a fim de abranger os interesses de diferentes parcelas da população e, conseqüentemente, conquistarem seus votos. Somado a isso, os partidos e candidatos precisam constantemente ajustar suas plataformas e propostas para atender às mudanças nas demandas da sociedade, o que resulta em um ciclo de renovação e aprimoramento das políticas públicas. Já Przeworski *et al.* (2000) definem a democracia como um regime onde

as eleições são contestáveis, ou seja, onde a oposição dispõe de chances reais de vencer o pleno eleitoral e assumir o poder. A contestação se fundamenta em três elementos: A incerteza anterior, que indica a possibilidade do grupo que detém o poder ser substituído na próxima eleição. A irreversibilidade posterior, que diz que uma vez que um grupo político foi eleito este não será destituído do cargo. E a repetibilidade dos pleitos eleitorais.

O estudo dos impactos da competição política sobre o desenvolvimento econômico é um tema presente na literatura há algumas décadas, se consolidando como uma área de interesse tanto na economia como também nos estudos de ciência política. Inicialmente, uma parte dos trabalhos sobre tema (Becker, 1958; Becker, 1989; Boylan *et al.*, 1996) traziam uma abordagem eminentemente teórica, tratando a competição política através de pressupostos mais abstratos, como as semelhanças com a competição entre agentes econômicos. Nesse período, muitas pesquisas estabeleceram paralelos entre a dinâmica política e modelos clássicos da competição entre agentes econômicos, como a comparação entre a democracia e uma economia de livre mercado. Também se analisa como a disputa pelo poder poderia influenciar o comportamento dos governantes, dos mercados e, conseqüentemente, dos rumos do desenvolvimento econômico.

Becker (1958) compara a democracia ideal como uma economia de livre empresa. Segundo o autor, uma democracia ideal é definida como um arranjo institucional organizado para a tomada de decisões políticas, no qual os indivíduos buscam alcançar cargos públicos por meio de uma disputa totalmente aberta, baseada na obtenção de votos de um eleitorado amplo. De modo similar a uma economia de livre empresa, nesse sistema ideal, as decisões políticas seriam representações dos valores do eleitorado, de modo que o setor público seria administrado de maneira eficiente. Nesse modelo ideal, parte das atividades econômicas seriam transferidas do mercado privado para o Estado, o que teria como consequência a redução da competição nos mercados.

Entretanto, para o autor, a democracia real se difere muito da democracia ideal, pois assim como os mercados têm suas imperfeições, a política também teria. O autor também identifica que a política não oferece incentivos suficientes para que os agentes possam tomar decisões com sabedoria, o que teria como consequência o fato de não necessariamente o partido mais eficiente conquistar a maioria de votos e alcançar o poder. Isso contraria a lógica vigente nas economias de livre empresa, onde a sobrevivência é garantida aos mais eficientes, e os ineficientes em última análise, saem do mercado. Na democracia real a redução da competição de mercado não é um dado garantido, pois como consequência do aumento do papel da política a competição apenas passa das empresas para os partidos. O autor conclui que, se as falhas

políticas forem maiores que as falhas de mercado, uma regulação do mercado poderia levar a resultados piores que a uma situação de não regulação, como a geração de monopólios indesejados.

Becker (1989) também atesta para o perigo de grupos de interesse dominarem o poder político com o objetivo de assegurar seus próprios interesses, se utilizando dos incentivos gerados pelo regime democrático. O autor explica que o egoísmo existente nos mercados privados pode levar a eficiência econômica, porém o mesmo egoísmo aplicado na política pode levar a resultados econômicos negativos como subsídios, regulações ineficientes e distorções econômicas. Para os pequenos grupos organizados é mais fácil e menos custoso promover seus interesses particulares através de lobby e de pressão sobre os agentes políticos do que tentar converter suas ideias em demandas sociais populares. Dessa forma os grupos organizados, dispendo de influência e recursos, competem de forma desigual com o restante da sociedade pela influência sobre a gestão das políticas públicas. Apesar de destacar o papel negativo que a influência de grupos organizados pode ter, Becker salienta que a democracia favorece o crescimento econômico, mas também destaca a necessidade de equilibrar a influência política para evitar prejuízos ao bem-estar social.

Boylan *et al.* (1996) analisaram a influência da competição política na escolha de políticas públicas dentro de um modelo de crescimento econômico. A pesquisa investigou que diferentes estruturas institucionais e diferentes tipos de compromissos políticos podem afetar a estabilidade das decisões econômicas e a previsibilidade esperada pelos agentes econômicos para o crescimento. Considerando o cenário onde não existe compromisso de longo prazo, observa-se a ausência de um equilíbrio político estável, pois os agentes políticos tendem a revisar suas decisões continuamente em busca de atender as mudanças de interesse do eleitorado. Quando a política é determinada por eleições regulares, surgem os ciclos políticos onde as estratégias dos governantes são ajustadas para maximizar o apoio eleitoral, mesmo que para isso se abra mão da eficiência econômica e se prejudique políticas de crescimento sustentável. Já em um cenário onde existe a possibilidade de compromisso, a competição em que as políticas adotadas são reflexos das preferências do eleitor mediano. Apesar de melhor representar a lógica democrática em seus resultados, esse cenário pode levar à adoção de políticas subótimas caso as preferências do eleitorado oscilem com frequência. Tais resultados demonstram que a intensidade da competição política e as regras institucionais têm um papel determinante na continuidade ou na volatilidade das políticas econômicas adotadas, impactando diretamente o processo de desenvolvimento econômico. Em última instância, a interação entre competição política, incentivos eleitorais e restrições institucionais pode definir o ritmo e a

qualidade do desenvolvimento econômico, influenciando desde o nível de investimentos até a alocação de recursos públicos.

Impulsionados pela maior disponibilidade de dados eleitorais, fiscais e socioeconômicos, além dos avanços metodológicos, as pesquisas mais recentes têm se voltado cada vez mais à procura de resultados empíricos que permitam compreender melhor as interações entre as dinâmicas políticas e o desenvolvimento econômico. Esse movimento tem possibilitado análises mais precisas e detalhadas sobre como os fatores institucionais e políticos influenciam o crescimento e a distribuição de recursos em diferentes contextos.

A literatura evidencia que os impactos da competição política podem ocorrer por meio de diferentes canais de interação, influenciando tanto a governança quanto o desempenho econômico dos municípios. Alguns trabalhos defendem que a competição política exerce um impacto significativo sobre a qualidade da administração pública, especialmente por meio da alteração na seleção dos candidatos que disputam as eleições (Besley et al., 2005; Padovano e Ricciuti, 2009). Seguindo esse raciocínio os autores argumentam que um maior nível de competição política incentiva os partidos a selecionarem os candidatos mais qualificados para o cargo, além de possuírem perfis mais éticos e serem menos suscetíveis à corrupção. Esse processo contribui para a formação de governos mais eficientes, resultando na aplicação de melhores políticas públicas.

Besley *et al.* (2005) analisaram empiricamente os efeitos da competição política sobre os Estados Americanos, buscando compreender suas implicações para o desenvolvimento econômico. Os autores argumentam que assim como a competição no mercado melhora o bem-estar dos consumidores a competição eleitoral teria como resultado governos mais eficientes e comprometidos com políticas de desenvolvimento econômico. O modelo teórico proposto no estudo sugere que a falta de competição política favorece a eleição de políticos menos qualificados, mais suscetíveis a corrupção e a pressões de grupos de interesse, o que consequentemente afeta a qualidade das políticas públicas e o crescimento econômico.

O trabalho utilizou dados do período entre 1930 e 2000, comparando os estados do sul dos EUA com o restante do país. A região, historicamente governada pelo Partido Democrata, viu um aumento na competição política na década de 1960, graças ao *Voting Rights Act*, que ampliou o direito de voto da população negra. Os resultados obtidos mostram que os estados com maior competição apresentaram um crescimento mais acelerado da renda *per capita*, e também adotaram políticas que incentivam o desenvolvimento, como menores impostos e regulações mais favoráveis aos negócios. Além disso, os governadores eleitos em estados mais competitivos tendiam a ter governos mais eficientes, medindo pela promoção do crescimento

econômico. Em oposição a isso, os estados onde a competição se mostrou menos elevada tinham maiores impostos e menores taxas de investimento. O estudo conclui que a competição política apresenta um impacto significativo no crescimento econômico, reforçando o papel das instituições democráticas que garantam disputas livres e estabilidade política.

Padovano e Ricciuti (2009) testaram a relação entre a competição política e o desenvolvimento nas regiões italianas no período entre 1980 e 2002. Os pesquisadores estruturaram o trabalho utilizando-se do modelo teórico apresentado por Besley *et al.* (2005), onde se sugere que uma menor competição política, caracterizada pela predominância ideológica de um partido, leva a seleção de candidatos menos qualificados por parte do grupo que detém o poder, e isso tem como consequência a implementação de políticas que pioram os resultados econômicos. O foco da pesquisa está centrado na reforma institucional ocorrida na Itália no ano de 1995. Tal reforma, que foi responsável por alterar o sistema eleitoral e fortalecer a atuação dos presidentes regionais, reduziu a duração dos mandatos dos membros do parlamento regional e mudou o sistema de representação proporcional para um sistema misto.

Os dados encontrados sugerem que as alterações no sistema político, que provocaram aumento da competição, contribuíram para a melhoria na qualidade das políticas públicas, em especial por reduzirem gastos ineficientes na administração pública. Porém, também foi demonstrado que a relação entre os fatores políticos e o desenvolvimento pode ser bidirecional, uma vez que regiões mais desenvolvidas também tendem a apresentar maior competitividade em seus resultados político-eleitorais. Além disso, no curto prazo, o aumento da competitividade pode levar a políticas voltadas para redistribuição, em vez de crescimento.

Acemoglu e Robinson (2006) defendem que as elites políticas podem prejudicar o desenvolvimento como uma forma de se manterem no poder. Uma vez estabelecida no poder, uma elite política pode bloquear o desenvolvimento tecnológico e institucional, por meio de um efeito substituição. É isso que define o modelo desenvolvido pelos autores. A sustentação desse modelo é o argumento de que geralmente o desenvolvimento de inovações tecnológicas afetam negativamente o poder incumbente, aumentando o risco de substituição pelas forças de oposição. Temendo mudanças que poderiam levar à perda do poder, as elites podem adotar estratégias contrárias a essas medidas, mesmo que estas promovessem o desenvolvimento econômico. Mas em caso de baixo risco de perda do poder por parte da elite, o bloqueio pode ser menor.

Os resultados encontrados pelos pesquisadores mostraram que a relação entre o bloqueio de inovações e a competição política não é uniforme, quando a competição pelo poder político é alta o bloqueio torna-se improvável. Isso indica que a chance de bloqueio depende da

existência de um ambiente onde a disputa pelo poder é limitada ou mesmo inexistente. O estudo argumenta que o atraso econômico não é resultado apenas da falta de recursos ou tecnologias, é também resultado de barreiras impostas ao desenvolvimento por parte de agentes políticos interessados apenas na própria sobrevivência política. Tal argumento é sustentado historicamente tendo como base o desenvolvimento industrial ocorrido no século XIX. Alguns países, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos foram capazes de desenvolver e absorver rapidamente as novas tecnologias surgidas no período, isso graças a suas instituições políticas inclusivas. Em contrapartida, países como a Rússia e o Império Austro-Húngaro se desenvolveram mais lentamente devido à resistência de suas elites políticas oligárquicas e centralizadoras.

A literatura econômica moderna também enfatiza a importância dos incentivos sobre os agentes políticos como um meio pelo qual a competição política afeta as decisões tomadas no setor público. A mudança de incentivos sobre os políticos gerada pela competitividade eleitoral é a razão pela qual o monopólio no mercado político traz resultados negativos à atuação de agentes públicos, à implementação de políticas e, conseqüentemente, ao desenvolvimento socioeconômico.

Em um ambiente onde existe um longo domínio político por parte de um partido ou grupo observa-se uma tendência à prestação de contas menos rigorosa, o que diminui o incentivo para a adoção de políticas públicas eficientes. Esse cenário culmina em um ciclo vicioso onde o grupo político dominante se utiliza dos recursos do Estado para conservar sua posição, ao invés de buscar uma gestão condizente com os interesses da sociedade. À medida que o tempo de permanência de um partido aumenta, cresce também sua percepção de vantagem sobre os adversários e conseqüentemente a expectativa de alongar sua estadia no poder. A virtual probabilidade de permanência no poder por tempo indeterminado torna os incumbentes mais suscetíveis à corrupção. É isso que argumentam Garcia-Veja e Herce (2005), contrariando os defensores da ideia de efeito sobre a qualidade dos políticos. Em suma, a perspectiva dos autores sugere que a longa continuidade de grupo no poder leva à acomodação e à utilização do aparato estatal em benefício próprio, ao invés do argumentado favorecimento de políticas públicas de longo prazo.

Uma maior competição política também pode ser responsável por aumentar o interesse e a participação da sociedade no processo político, o que tem como efeito uma maior *accountability* por parte dos agentes políticos. Jones (2013) verificou como a competição política afeta a responsabilização democrática nos estados dos EUA. Utilizando dados da pesquisa *Cooperative Congressional Election Study – CCES*, para o ano de 2006, o trabalho analisou a disposição dos

eleitores em responsabilizar os senadores do seu estado por suas decisões políticas. Os resultados encontrados indicaram que em estados mais competitivos os eleitores, em média, são mais cientes da atuação dos senadores, e além disso, são mais dispostos a responsabilizar tais senadores através do não apoio ou voto contrário no pleito eleitoral seguinte.

Rezki (2022) analisou a relação entre a competição política, o desempenho econômico e a formação de políticas públicas na Indonésia. Foram observados 427 distritos do país entre os anos de 2000 e 2013 onde, utilizando-se do Índice de Concentração de Herfindahl-Hirschman foi medido o nível de competição nas eleições parlamentares. Os resultados encontrados indicaram que as regiões onde se registrou maiores níveis tinham, em média, um PIB per capita 0,7% maior e registraram um crescimento médio do PIB 0,6% maior que em outras regiões. Um ambiente mais competitivo também está associado a uma menor participação do setor agrícola no PIB e a melhores resultados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Apesar dos majoritários impactos positivos causados pela maior competição política, esse efeito não é claro e único, pois também são encontrados resultados ambíguos associados ao maior nível de competição. Os distritos onde se localizou maior competição registaram, em média, um volume de impostos 10,7% menor quando comparado com outros distritos. Isso pode ser explicado pela adoção de políticas fiscais mais flexíveis com o objetivo de atrair mais investimentos. Um menor volume de impostos pagos pelas empresas e cidadãos pode ser um elemento que auxilia no desenvolvimento, porém também implica um menor nível de arrecadação para o distrito, o que pode comprometer a sustentabilidade fiscal dos distritos a longo prazo.

Em suma, a literatura de economia política que discorre sobre a relação entre a competição política e o desenvolvimento elenca diversos impactos positivos causados pela competitividade no mercado político. Uma maior disputa entre partidos e candidatos tende a incentivar a implementação de políticas públicas mais eficientes, reduzir as possibilidades de corrupção e incentivar a participação da sociedade no processo político. Porém tal visão positiva não se trata de uma unanimidade, uma vez que, dependendo de outros fatores como o contexto institucional, o aumento da competição política pode ter efeitos limitados ou negativos (Ashworth *et al.*, 2006; Uppal, 2011).

Tendo como objeto de observação os municípios de Flandres, na Bélgica, Ashworth *et al.* (2006) testaram os efeitos da competição política sobre a eficiência dos governos locais. A hipótese central do trabalho se volta para a ideia de que a expectativa de reeleição levaria os mandatários a terem melhor gestão dos recursos públicos, pois seria necessário prestar conta de seus mandatos aos eleitores. A eficiência dos governos foi avaliada com base na capacidade de

converter recursos em bens e serviços de qualidade para os cidadãos. Já a competição foi medida através do número de partidos participantes dos pleitos e da volatilidade de votos entre distintas eleições.

Os resultados encontrados mostraram que o número de partidos tem um impacto positivo sobre a eficiência dos governos, enquanto a volatilidade apresentou um resultado fraco e pouco insignificante, indicando que essa forma de competição não está correlacionada com a eficiência governamental dos municípios. Outro resultado encontrado indicou que municípios maiores são, em média, menos eficientes, o que indica que a elevada disponibilidade de recursos dificulta a otimização dos recursos e a tomada de decisão. As conclusões do trabalho mostram que apesar dos comprovados impactos positivos da competição política sobre a eficiência, esse efeito tende a reduzir quando a competição resulta em casos de governos fragmentados, dado a dificuldade de implementação de políticas públicas eficazes.

Uppal (2011) avaliou como a rotatividade legislativa impacta os gastos públicos dos governos estaduais Indianos entre os anos de 1980 e 2000. Como resultado principal, o estudo concluiu que os estados com alta rotatividade eleitoral tinham maiores níveis de gastos fiscais *per capita*. Uma vez que aumentam os gastos públicos, pode-se dizer que a alta rotatividade eleitoral leva ao aumento do tamanho do governo.

Além do aumento do governo, a alta rotatividade também impacta na composição dos gastos do governo, favorecendo o crescimento de gastos com impacto focado no curto prazo, como aumentos salariais para o serviço público e subsídios, em detrimento de gastos que podem impactar positivamente o desenvolvimento como investimentos em infraestrutura. A expectativa de reeleição é um elemento importante para explicar a adoção de políticas ineficientes. À medida que vê sua reeleição em risco, os mandatários tendem a focar na implementação de políticas com resultados de curto prazo, a fim de, com isso, garantir apoio nas eleições. O estudo também enfatiza que a relação entre a rotatividade e a política fiscal dos estados não é linear, e que um nível equilibrado de rotatividade é o ideal para estabilidade com a redução de incerteza por parte dos governos.

A competição política é um elemento fundamental no entendimento da democracia brasileira. O país é subdividido em 27 unidades federativas e mais de 5.500 municípios, todos subordinados às mesmas instituições político-eleitorais, apesar de estarem sujeitos a diferentes contextos regionais. Nesse sentido, o tema tem ganhado relevância se tornando o objeto de estudo em diversos trabalhos que analisam os efeitos da competição política sobre a qualidade das instituições, a formação de políticas públicas e o desenvolvimento socioeconômico, considerando o contexto brasileiro (Marques, 2011; Arvate, 2013; Barros, 2017; Ferraz et al.,

2020).

Reconhecendo a importância da competição no jogo democrático brasileiro, Vasquez (2016) tentou demonstrar a existência de competição nas eleições municipais brasileiras. Tendo como base o período entre 1996 e 2012, que compreende 5 pleitos eleitorais, o autor identificou que a competição eleitoral, em maior ou menor grau, ocorre na esmagadora maioria dos municípios. A prevalência de municípios que tiveram apenas um candidato para o executivo local, ou seja, que não tem qualquer tipo de competição política é extremamente baixa. Importante ressaltar que tais municípios que tiveram apenas uma candidatura, no geral só tiveram esse cenário em um dos pleitos observados.

Além disso, também se verificou que geralmente as margens de votos do vencedor sobre segundo colocado é estreita. Em mais de 60% dos municípios a razão de votos entre o vencedor e o segundo colocado foi igual ou superior a 0,7, indicando um alto grau de divisão dos votos. Essas resultados demonstram o acirramento das disputas e que a competição se dá em termos reais, não apenas formais. Embora no país não existam partidos nacionalizados a nível municipal as siglas atuam em coordenação estratégica, ou seja, apesar do sistema partidário fragmentado os partidos disputam eleições em quase todas as unidades federativas. Os resultados que indicaram alta competição e a alternância de poder contrariam a visão de que, sobretudo nas pequenas cidades de interior, as eleições são dominadas pelas mesmas famílias ou grupos políticos, sugerindo um ambiente político mais dinâmico do que sugere o senso comum.

As instituições, sejam elas formais ou informais, que regem a política brasileira não podem ser entendidas sem que se compreenda os processos sociais e políticos pelos quais o Brasil passou ao longo de sua história. O modelo político atual, caracterizado pela fragmentação partidária e a defesa de interesses regionais e setoriais em detrimento de interesses nacionais abrangentes, é um mero resultado de uma longa tradição política brasileira. Elementos como a concentração do poder político são fundamentais para entender o funcionamento do Estado brasileiro e o desenvolvimento do país ou de regiões específicas.

Seguindo essa linha, Naritomi *et al.* (2012) se volta ao passado, mais precisamente ao período colonial brasileiro para explicar como as instituições forjadas naquele período histórico impactam nas instituições e em elementos do desenvolvimento dos municípios hoje. Tendo como ponto de partida a relação do município com um ciclo econômico do período colonial, o trabalho buscou observar como a herança desse período moldou as desigualdades e dificuldades institucionais atuais.

Os seguintes ciclos foram observados: O ciclo da cana de açúcar, que em sua maioria

compreendeu a região nordeste, e o ciclo do ouro, que majoritariamente ocorreu em Minas Gerais e territórios dos atuais estados do centro oeste. Observou-se que as regiões impactadas pelo ciclo da cana de açúcar hoje apresentam maior concentração fundiária e política, refletindo uma estrutura similar ao período escravagista, característico do modo de produção açucareiro. Já nos municípios que sofreram influência do ciclo do ouro revelaram pior qualidade da governança e menor acesso à justiça, o que pode ser explicado pela forte presença de um Estado ineficiente e de instituições de cunho extrativista, marcas da presença portuguesa no período. Os resultados também demonstraram que, independentemente do ciclo colonial que o município foi impactado, a menor distância para Lisboa, então metrópole do império colonial, reforça os efeitos negativos da colonização. No entanto, diferente do que se esperava, os pesquisadores não encontraram uma relação tão clara entre a herança colonial e a continuidade de famílias no poder, o que pode ser explicado por elementos como a redemocratização que ocorreu após o fim da ditadura militar, em meados da década de 1980.

Ferraz *et al.* (2020) apresentaram um estudo sobre o impacto da competição e da concentração do poder político sobre o desenvolvimento de longo prazo de municípios brasileiros. O artigo tem como ponto de partida a implementação do mecanismo da sublegenda pela ditadura militar. Criada pelo regime, a sublegenda tinha como objetivo de reduzir a influência das elites políticas locais mediante a introdução de novos participantes na disputa eleitoral, promovendo assim, maior competição dentro do cenário político dos municípios.

Para realizar a pesquisa foram analisados municípios dos estados do Ceará, Minas Gerais e Paraíba usando dados eleitorais que compreendem um período extenso, 1947 até o ano 2000. Os resultados mostraram que municípios com poder mais concentrado no período anterior à adoção da sublegenda, também eram menos populosos, registraram maiores níveis de pobreza e tinham suas economias predominantemente rurais. Segundo os resultados encontrados pelos autores, o aumento da competição em tais municípios trouxe impactos significativamente positivos. Após a abertura do processo político, foram registrados menores índices de corrupção, melhora geral nos serviços públicos, na qualidade da governança municipal e também houveram reduções substanciais em indicadores como mortalidade infantil e taxa de analfabetismo, reforçando a ideia de que a competição política pode estar associada a melhores resultados em termos de desenvolvimento socioeconômico.

Arvate (2013) tratou de examinar a relação direta entre a competição política a nível local e a oferta de bens públicos, analisando em especial a relação entre o número de candidatos concorrendo à cadeira de prefeito e a efetividade na entrega de serviços públicos à população no período de 2000 a 2004. Sua hipótese central associa o maior número de candidatos a maior

oferta de serviços como matrículas escolares, número de professores e vacinas.

Os resultados encontrados confirmam a hipótese do trabalho atestando o impacto positivo do maior número de candidatos sobre a oferta de bens públicos. Esse resultado pode ser explicado pela tendência de, em cenários altamente competitivos, os gestores públicos serem forçados a adotar políticas públicas mais eficientes como forma de angariar apoios entre os eleitores e maximizar suas chances de permanência no poder. Outro dado interessante é que municípios onde existe a disputa de 2º turno (municípios acima de 200 mil eleitores) apresentam maior número de candidatos, e conseqüentemente, maior oferta de bens públicos.

Barros (2017) também analisou os impactos da competição política sobre a eficiência das políticas públicas municipais, em especial saúde e educação, considerando o período entre 2008 e 2012. A autora defende que a competição colocaria os políticos na posição de, por sobrevivência política, terem uma gestão mais eficiente. Entretanto, os resultados obtidos contrariam as expectativas uma vez que se observou que, na verdade, o impacto da competição sobre a eficiência das políticas públicas é relativamente baixo. Outros fatores, como condições socioeconômicas, abundância de recursos na gestão municipal e alinhamento político se mostraram mais importantes na determinação da eficiência das políticas públicas. O estudo concluiu que, apesar da descentralização política promovida pela constituição de 1988, os elementos político-eleitorais não são o carro-chefe para determinar a eficiência de uma gestão.

Analisando os estados brasileiros, Marques (2011) conduziu um estudo empírico que demonstrou a influência da competição sobre a qualidade das políticas públicas, e conseqüentemente, a performance econômica dos estados. Considerando o período entre as eleições estaduais de 1982 e 2006, os resultados demonstraram que os Estados que registraram maior competição política apresentaram reduções mais significativas nas taxas de analfabetismo e de pobreza, sugerindo adoção de políticas públicas mais eficazes. Entretanto, a competição política sozinha não é suficiente para a melhora das políticas públicas, e para a performance econômica. Para que o efeito positivo da competição não seja limitado são necessárias instituições fortes para coibir a captura do processo democrático por grupos de interesse.

Marques (2011) também argumenta que a competição política pode ser uma geradora de instabilidade no mercado político. Isso pode ser explicado pela fragmentação das preferências eleitorais que é distribuída por uma maior variedade de grupos políticos. Essa conjuntura dificulta a formação de coalizões políticas e de consensos na sociedade sobre a formatação de políticas públicas e programas de governo, o que impacta negativamente no processo de tomada de decisão no setor público, e como consequência também impacta no desenvolvimento social

e econômico.

A reeleição enquanto instrumento do sistema político se trata de um mecanismo de continuidade, que facilita a permanência de um determinado grupo à frente do poder local. Instituída no Brasil no ano de 1997 através da Emenda Constitucional nº 16, permitiu que presidentes, governadores e prefeitos disputassem um segundo mandato consecutivo. Até o surgimento desse instrumento o país adotava um modelo onde os chefes do executivo podiam apenas cumprir um mandato por vez, não existindo a possibilidade de uma continuação imediata de sua gestão. Dado a controvérsia trazida pelo tema, surgiu o interesse em se analisar os impactos da reeleição sobre aspectos da administração pública municipal na administração pública, como por exemplo sobre os índices de corrupção e a qualidade da política fiscal dos municípios.

Usando como base relatórios de auditorias municipais realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), Ferraz e Finan (2011) verificaram empiricamente o impacto da reeleição na corrupção dos governos locais no Brasil. A pesquisa comparou prefeitos no primeiro mandato com prefeitos em segundo mandato (sem possibilidade de reeleição), verificando que a expectativa de reeleição, por parte do atual mandatário, reduz o desvio de recursos públicos em cerca de 27%, quando comparado com prefeitos sem a possibilidade de reeleição. Além disso, se identificou que o efeito da possibilidade de reeleição na redução da corrupção também é mais forte em municípios com menor nível de transparência da administração pública, evidenciando a importância da reeleição como meio de identificar e punir eleitoralmente gestores corruptos.

O estudo também demonstrou que prefeitos no primeiro mandato conseguem, em média, atrair mais recursos federais para execução de obras nos seus municípios, indicando que a possibilidade de reeleição leva os gestores a tentarem maximizar os resultados de seus governos. Os autores concluem que a reeleição funciona como mecanismo de responsabilização pública uma vez que serve controle contra a corrupção.

Mendes e Rocha (2004) buscaram entender os principais fatores que influenciam na probabilidade de reeleição de um prefeito, tendo como ponto de partida a eleição de 2000, primeira eleição municipal após a aprovação do instrumento da reeleição. O estudo buscou compreender até que ponto o desempenho de um prefeito influencia na sua chance de permanência no cargo, partindo da premissa de que os eleitores avaliam os resultados da gestão na hora de decidir seus votos. Os autores concluíram que, apesar do desempenho administrativo ser um fator relevante para a decisão de voto, seu impacto na reeleição não é uniforme. Verificou-se que o eleitorado monitora apenas parcialmente a performance do incumbente do executivo municipal, ou seja, a qualidade da gestão nem sempre é um fator determinante para

o voto. Em busca da reeleição os prefeitos tendem a adotarem políticas mais eficientes, entretanto suas probabilidades de reeleição só aumentam caso resultados positivos de sua gestão sejam de ampla repercussão midiática. Isso sugere que a visibilidade dos resultados de uma gestão é um elemento importante da tomada de decisão por parte dos eleitores.

Também se verificou que a possibilidade de reeleição tem relação direta com a elevação dos gastos fiscais do município, evidenciando que a permanência no cargo pode influenciar a condução das políticas fiscais. Marciniuk e Bugarin (2019) analisaram os efeitos da não alternância de poder sobre as políticas fiscais dos municípios brasileiros no período entre 2001 e 2012, buscando entender como os mandatários ajustam os gastos e as decisões fiscais frente a possibilidade de se manterem no cargo.

Os resultados empíricos mostraram que prefeitos que concorriam à reeleição eram fiscalmente mais responsáveis que prefeitos que não tentavam permanecer no cargo. Esse resultado indica que prefeitos em busca de um segundo mandato tendem a controlar mais os gastos e evitar déficits, possivelmente para manterem uma boa imagem junto ao eleitorado e para não herdarem de si mesmos problemas orçamentários. Em contrapartida, prefeitos já no segundo mandato, ou seja, sem chances de reeleição têm menos incentivos para serem fiscalmente responsáveis, visto que não precisam prestar contas ao eleitorado em uma nova disputa. Os resultados demonstram que a reeleição serve como um mecanismo que mantém a disciplina fiscal dos gestores, incentivando a adoção de políticas mais responsáveis em seus governos.

2.2 Municípios e desenvolvimento

Conforme determinado pelo Artigo 1º da Constituição de 1988, “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal (...)” (Senado Federal, 1988), dessa União os municípios compreendem a menor unidade, mesmo assim dispendo de grande autonomia. Cada município é responsável por definir sua organização política, desde que não esteja em desacordo com a constituição. Os municípios são constituídos pelo poder executivo, que é centrado na figura de um prefeito, e o poder legislativo, formado pelas câmaras de vereadores. O poder judiciário, por sua vez, não é necessariamente municipal, pois as comarcas são determinadas por quantitativo populacional, o que exclui municípios menores.

Em um formato constitucional pouco usual, as cidades brasileiras são reconhecidas como

entidades federativas autônomas. Isso significa que, ao contrário do que ocorre em outras federações ao redor do mundo, os municípios brasileiros não estão subordinados politicamente aos estados em que se encontram. Dessa forma, um prefeito exerce autoridade a nível local independente do poder na unidade federativa, o que lhe garante autonomia administrativa e decisória (Brambor *et al.*, 2012). A autonomia política e fiscal da qual dispõem os governos municipais, lhes confere poderes para elaborar e executar políticas públicas, políticas orçamentárias e para preencher os cargos públicos a nível local. Tal independência permite que os municípios ajustem suas políticas para atender necessidades específicas, o que permite um modelo de gestão mais próximo da população. No entanto, essa autonomia implica em maior responsabilidade para os gestores municipais, que diferente de presidentes e governadores, enfrentam de perto a pressão da sociedade pelos resultados de seu governo.

O arranjo institucional brasileiro coloca sobre os municípios a responsabilidade sobre a gestão de parcela considerável dos serviços públicos, entre os quais estão elementos essenciais do serviço público como a educação básica e a atenção básica na saúde. Os governos municipais têm a responsabilidade de manter o funcionamento de grande parte das escolas. Isso inclui contratar professores, garantir a merenda para os alunos e cuidar da infraestrutura para que o ambiente de aprendizado seja adequado. Já na saúde os municípios são os responsáveis pela gestão do SUS a nível local, administrando postos de saúde, promovendo a atenção básica, além de campanhas de vacinação e prevenção de doenças.

Os municípios também exercem papel na organização das cidades. São responsáveis pelo planejamento urbano, feito através do Plano Diretor, e pela infraestrutura local, o que garante obras públicas como pavimentação e saneamento básico, e a gestão de serviços como o transporte público. Os municípios também executam outros serviços essenciais, como a coleta de lixo, a iluminação e limpeza urbana. Além disso, na segurança, as guardas municipais auxiliam na proteção do patrimônio público e no controle do trânsito. Os municípios também podem ser responsáveis por impulsionar o desenvolvimento através de incentivos fiscais, e condições favoráveis à abertura de expansão de empresas.

Sabendo da importância dos municípios no Brasil torna-se fundamental compreender como diferentes cidades, em diferentes contextos, evoluíram ao longo do tempo. Para tanto é preciso observar os resultados de diferentes estratégias e experiências adotadas ao redor do país e seus impactos sobre a gestão pública e desenvolvimento socioeconômico. Analisar os resultados obtidos pelos municípios e posteriormente observar práticas e medidas adotadas permite avaliar os fatores responsáveis pelo bom desempenho do município, servindo de modelo para outras localidades.

Nesse sentido surge a dificuldade de identificar quais indicadores podem melhor representar o desenvolvimento dos municípios, tendo em vista que cada município possui dificuldades e desafios próprios. Observar indicadores de maneira isolada pode não ser suficiente para entender a complexidade do desenvolvimento, já que um município pode apresentar ótimos resultados em alguns indicadores em detrimento de outros. Um município pode apresentar um PIB *per capita* relativamente alto, indicando uma economia forte, porém ao mesmo tempo, apresentar um Índice de Gini alto, indicando alta desigualdade, e também fracos indicadores de saúde, indicando deficiências na prestação dos serviços públicos. Do mesmo modo, bons números na educação podem não indicar necessariamente um ambiente favorável ao desenvolvimento, pois o município pode não apresentar infraestrutura adequada ou um mercado de trabalho pouco aquecido, que seja insuficiente para absorver a mão de obra.

Para que se possa avaliar o desenvolvimento de um município de maneira ampla é necessário considerar abordagens multidimensionais, que sejam capazes de observar diferentes aspectos, como indicadores econômicos, sociais e institucionais conjuntamente, permitindo um diagnóstico completo e realista da situação do município. Nesse sentido, um dos principais indicadores agregados utilizados para medir o desenvolvimento dos municípios brasileiros é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O indicador, que é medido Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), considera três dimensões essenciais para o desenvolvimento: Longevidade, Educação e Renda. A longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer, a educação avaliada pelo fluxo escolar dos jovens e a escolaridade média da população, e a renda é baseada na renda per capita. O valor do índice classifica o desenvolvimento do município como muito baixo, baixo, médio, alto ou muito alto (PNUD, 2025).

Outro indicador comumente utilizado para mensurar o desenvolvimento dos municípios brasileiros é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. O índice considerava mais de 5 mil municípios medindo o desenvolvimento considerando como base três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde, se utilizando de dados oficiais de órgãos como o ministério da saúde e o ministério da fazenda. A pontuação do índice varia de 0 a 1, classificando o desenvolvimento dos municípios como baixo, regular, moderado e alto. Diferente do IDHM, que inclui expectativa de vida e escolaridade adulta, o IFDM foca em aspectos econômicos e na oferta de serviços públicos, auxiliando gestores e a sociedade na formulação de políticas públicas mais eficazes. O IFDM foi criado em 2008, e teve sua última edição em 2018, trabalhando tendo 2016 como ano base

(Firjan, 2025).

O Ranking de Competitividade dos Municípios, organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), tem como objetivo avaliar e comparar o nível de competitividade dos municípios brasileiros com população acima de 80 mil habitantes, permitindo gerar um melhor direcionamento para a atuação dos líderes públicos municipais. O ranking foi criado no ano de 2020 seguindo com edições anuais desde sua primeira edição. A competitividade utilizada pelo ranking é uma adaptação para o setor público do conceito utilizado para definição de competitividade do setor privado. A competitividade refere-se à capacidade do poder público de planejar, articular e executar ações em seus territórios de responsabilidade, visando promover o bem-estar social, atender às necessidades da população e criar um ambiente favorável aos negócios (CLP, 2025). A competitividade, segundo o ranking, não se restringe apenas ao desempenho da gestão pública, também envolve a qualidade de vida, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental. Dessa forma, o ranking avalia os municípios a partir de indicadores que refletem sua capacidade de atrair investimentos, gerar empregos, oferecer serviços essenciais e garantir o desenvolvimento equilibrado e sustentável. O Ranking de Competitividade dos Municípios é composto por 65 indicadores, divididos em 13 pilares temáticos que foram organizados em 3 grandes dimensões: Economia, Instituições e Sociedade. Cada uma das dimensões é composta por pilares, que por sua vez são a soma de inúmeros indicadores. A tabela 1 mostra a composição dos indicadores que constituem o Ranking. O Anexo 1 traz um compilado dos indicadores que formam o Ranking.

O Ranking é um instrumento estratégico para a formulação de políticas públicas, fornecendo uma análise detalhada sobre o desempenho das cidades brasileiras em diferentes aspectos. Os municípios são classificados com base na pontuação obtida pelos indicadores, o que permite avaliar os resultados em nível nacional, regional e estadual. Além disso, os resultados também podem ser observados por dimensão, o que ajuda a identificar pontos fortes e desafios específicos que cada município precisa enfrentar. Ao reunir uma ampla gama de indicadores, o ranking oferece uma visão abrangente das oportunidades e dificuldades, incentivando a adoção de melhores práticas de governança e inovação para promover o desenvolvimento municipal. Devido à sua abordagem abrangente e metodologia baseada em múltiplos indicadores, o Ranking de Competitividade dos Municípios pode ser utilizado como objeto de estudo em pesquisas sobre desenvolvimento municipal. A abordagem apresentada pelo Ranking permite analisar a relação entre gestão pública, qualidade de vida e crescimento econômico de maneira conjunta, fornecendo dados comparativos entre cidades.

Tabela 1 - Composição dos indicadores que foram o Ranking de Competitividade dos Municípios

Dimensão	Número de pilares	Número de indicadores	Percentual de indicadores	Peso da dimensão
<i>Instituições</i>	2	10	15,4%	19,5%
<i>Sociedade</i>	7	36	55,4%	42,4%
<i>Economia</i>	4	19	29,2%	38,1%
TOTAL	13	65	100,00%	100,00%

Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP), elaboração própria.

O presente trabalho se propõe a utilizar o Ranking de Competitividade dos Municípios como medida de desenvolvimento municipal, considerando sua abordagem abrangente e metodologia baseada em múltiplos e distintos indicadores. O trabalho buscará entender como a competição política afeta as diferentes dimensões de indicadores abordadas pelo Ranking. Apesar de tratar dos indicadores sobre o termo competitividade, a ampla e diversa gama de indicadores econômicos, socioeconômicos e institucionais oferece uma visão clara sobre o desenvolvimento dos municípios. Além disso, o ranking permite avaliar os municípios de maneira segmentada observando isoladamente os efeitos da competição política sobre aspectos econômicos, apartado dos impactos causados sobre indicadores institucionais. Todos esses elementos oferecem subsídios suficientes para a utilização dos dados do Ranking de Competitividade dos municípios como proxy para o desenvolvimento dos municípios no período de interesse, entre os anos de 2021 e 2023.

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

O principal intuito da análise empírica foi verificar a relação entre o grau de competição política existente e o desenvolvimento dos municípios, medido pelo Ranking de Competitividade dos Municípios.

3.1 Amostra

A amostra trabalhada trata de municípios com população acima de 80 mil habitantes, seguindo o critério de avaliação estabelecido pelo Ranking de Competitividade dos Municípios. Devido a variações populacionais causadas pelo aumento da população, ou em alguns casos pela correção populacional causada pelo CENSO 2022 em comparação com as estimativas populacionais de 2021, os municípios observados pelo Ranking variam entre as três edições observadas. Para eliminar essa variação entre as observações foram consideradas apenas as cidades que estiveram presentes nas três edições de interesse: 2021, 2022 e 2023.

Sob este critério o número de municípios restantes ficou em 388, entretanto posteriormente observou-se que alguns municípios não tinham disponíveis os indicadores de natureza fiscal, tanto em indicadores que compõem a dimensão institucional do Ranking como também para as variáveis de controle. Após a exclusão dos municípios, a totalidade das observações ficou em 365 municípios. Um número que não desabona a qualidade do modelo nem coloca em risco os resultados encontrados, uma vez que a amostra é representativa para o conjunto dos municípios brasileiros, agregando municípios de 26 unidades da federal e de todas as regiões do país.

O período de observação se situa entre os anos de 2021 e 2023. Dado a indisponibilidade de dados para o ano de 2024, a observação compreende o período entre 2021 e 2023, que representa 3 dos 4 anos de gestão dos prefeitos eleitos em 2020. Embora a ausência do ano de 2024 impeça a avaliação de todo o mandato desse ciclo eleitoral, a inclusão dos três primeiros anos é suficiente para identificar tendências e padrões relevantes no desenvolvimento municipal. A não inclusão do ano de 2024 também pode ser benéfica visto que em anos eleitorais a composição dos gastos municipais tende a mudar, conforme mostrado por Queiroz (2018). Isso pode gerar indicadores artificialmente mais altos, distorcendo os resultados dos municípios. Além disso, esse período captura os desafios enfrentados pelos gestores, como os efeitos da pandemia de COVID-19 no primeiro ano de mandato e as políticas implementadas para recuperação econômica e social.

3.2 Mensurando competição política

A competição política será mensurada por três indicadores distintos: (i) o número de candidatos que disputaram a eleição; (ii) a margem de vitória do candidato eleito; e (iii) a ocorrência ou não de reeleição do incumbente. Para a variável que considera o número de postulantes à cadeira de prefeito parte-se do pressuposto de que um maior número de candidatos

reflete um ambiente político mais competitivo, no qual existe uma maior disputa efetiva pelo poder. Do mesmo modo, a ocorrência de uma eleição não contestada, ou seja, com apenas um candidato indicaria a inexistência de competição política, o que pode refletir um cenário de total hegemonia política ou até mesmo a existência de barreiras extraleais que impedem a entrada de concorrentes na disputa. O número de candidatos pode ser considerado a forma mais simples de mensuração da competição política, entretanto ele é um indicador direto da competição, pois permite observar a nível de pluralidade política no município. Os trabalhos que analisaram a competição no Brasil como Marques (2011) e Vasquez (2016) se utilizaram dessa medida para a competição política nos Estados e municípios brasileiro, respectivamente.

A segunda variável utilizada é a margem de vitória do prefeito eleito sobre o segundo colocado na disputa. A margem de vitória é definida pela diferença entre a quantidade de votos do candidato eleito e o segundo colocado, dividida pela soma de votos dos dois candidatos. Essa medida, que foi utilizada em trabalhos como Avarte (2013) e Barros (2017), permite que se observe o grau de acirramento da disputa eleitoral. Quando a margem é estreita, há uma concorrência real pelo cargo, enquanto margens amplas sugerem menor competitividade e possível hegemonia política. Além disso, disputas mais acirradas tendem a incentivar uma maior participação popular dos eleitores, pela ideia de que pequenas variações podem ter grandes impactos no resultado do pleito. A margem de vitória também está relacionada à alternância de poder, uma vez que disputas equilibradas aumentam as chances de mudanças no comando municipal.

A terceira medida de competição trata da reeleição do incumbente. Avaliar o impacto desse mecanismo sobre o desenvolvimento permite entender a importância da continuidade de um gestor frente ao executivo, em contraponto com a alternância de poder. A literatura sobre o tema indica que prefeitos buscando reeleição tendem a fazer melhores governos, enquanto prefeitos já em segundo mandato não tem o mesmo incentivo e podem ser mais lenientes com os resultados da gestão. A observação dos municípios que tiveram os prefeitos reeleitos em 2020 pode confirmar ou não essa tese, indicando se os municípios com prefeitos reeleitos tiveram resultados inferiores quando comparados aos municípios de prefeitos em primeiro mandato.

3.3 Variáveis de controle

Para garantir robustez ao modelo econométrico e aos resultados foram incluídas variáveis de controle que capturam fatores estruturais do desenvolvimento socioeconômico dos municípios observados. Os controles são essenciais para isolar o efeito da competição política

sobre o desenvolvimento municipal, reduzindo a influência de outros elementos que possam impactar os resultados. Obedecendo a disponibilidade de dados para o período analisado, as variáveis de controle englobam elementos demográficos, fiscais e sociais que podem influenciar o desenvolvimento dos municípios independentemente do nível de competição política. As variáveis de controle utilizadas foram: O logaritmo da população do município; A taxa de dependência fiscal; A taxa de investimento do município; A taxa de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e a nota média do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) obtida pelos estudantes do município.

Considerar o tamanho da população é importante pois o tamanho de um município influencia diretamente sua dinâmica administrativa e econômica. Municípios mais populosos tendem a possuir uma estrutura governamental mais complexa, maior capacidade de arrecadação e um mercado de trabalho mais dinâmico, o que pode impactar o desenvolvimento local. O uso do logaritmo da população (\ln População) visa reduzir a assimetria dos dados e melhorar a interpretação dos efeitos. Municípios maiores podem ter mais recursos, maior complexidade administrativa e diferentes dinâmicas políticas em comparação com municípios menores.

A dependência fiscal mede o quanto o município depende de transferências estaduais e federais em relação a sua arrecadação própria. Municípios mais dependentes podem ter menos autonomia financeira, o que pode influenciar tanto a competição política quanto o desenvolvimento econômico. Uma elevada dependência de repasses pode indicar fragilidade na geração de receitas locais, limitando a capacidade de investimento e a implementação de políticas públicas autônomas. Além disso, a dependência fiscal pode afetar a governabilidade, tornando os gestores mais vulneráveis a mudanças nas políticas de repasse ou a decisões externas que impactem a arrecadação.

A taxa de investimento representa o percentual da receita municipal destinado a investimentos. Um município que investe mais tende a ser mais desenvolvido, por isso controlar essa variável ajuda a evitar que o efeito da competição política seja confundido com a capacidade de investimento da gestão municipal. Além disso, essa variável está associada à eficiência da gestão pública, pois prefeitos que administram melhor os recursos geralmente conseguem alocar mais verba para investimentos estratégicos, impactando tanto o desempenho municipal quanto a percepção dos eleitores.

A taxa de população vulnerável indica a proporção da população em situação de vulnerabilidade social. Municípios com alta vulnerabilidade social tendem a enfrentar maiores desafios na oferta de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e assistência social, o

que pode afetar diretamente os indicadores de desenvolvimento. Além disso, a presença de uma população mais vulnerável pode impactar a arrecadação municipal e a capacidade de investimento, uma vez que a demanda por políticas sociais é maior e os recursos disponíveis para outras áreas podem ser limitados.

A variável Notas do ENEM representa a média das pontuações obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio em todas as unidades de ensino onde a prova foi aplicada dentro do município. Este indicador ajuda a entender o nível da qualidade da educação do município, fator que reflete tanto o desempenho dos estudantes quanto a eficácia das políticas educacionais adotadas. A importância dessa variável reside no fato de que a qualidade da educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer região. Municípios com melhores desempenhos no ENEM tendem a demonstrar maior capacidade de preparar seus jovens para os desafios do ensino superior e do mercado de trabalho, o que, por sua vez, impacta positivamente indicadores econômicos, como produtividade, renda e empregabilidade. Além disso, melhores resultados no ENEM podem indicar maior eficiência na gestão educacional, o que contribui para a aplicação de políticas públicas mais eficazes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

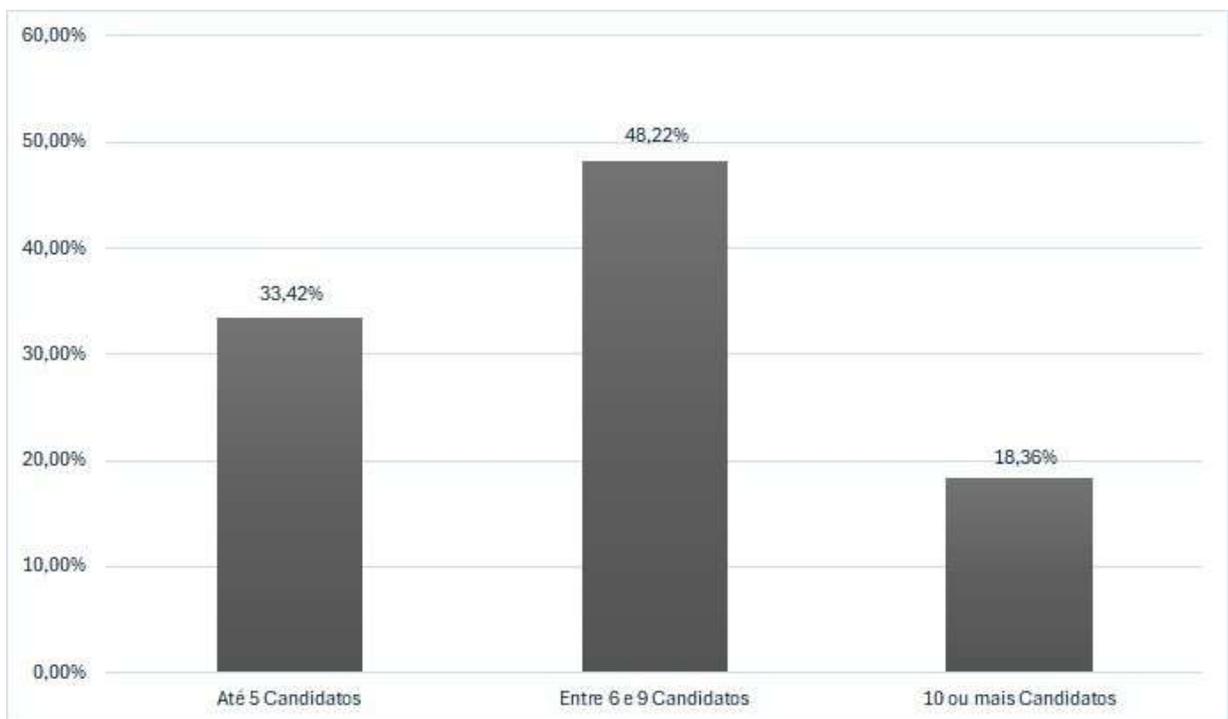
Essa seção está dividida em duas subseções, a primeira delas traz um conjunto de estatísticas descritiva para os resultados eleitorais de 2020 e também para os resultados do Ranking de Competitividade dos Municípios no período de interesse. Já a segunda apresenta os resultados das regressões considerando as 3 medidas de competição política e os resultados do Ranking de Competitividade dos Municípios.

4.1 Análise descritiva

Nessa subseção é apresentado um conjunto de estatísticas descritivas que ajudam a compreender os elementos abordados neste trabalho. Inicialmente se explora os resultados eleitorais de 2020 para os 365 municípios observados, destacando alguns indicadores como os números de candidatos, às margens de vitória e a taxa de reeleição. Tudo isso tratando esse pleito eleitoral dentro de seu contexto histórico singular. Depois são apresentados os principais resultados do Ranking de Competitividade dos Municípios, dando ênfase para características dos municípios que atingiram maiores pontuações em cada edição do ranking.

As eleições municipais de 2020 foram marcadas por um contexto inédito e atípico causado pela pandemia do Covid-19. As restrições sanitárias forçaram os candidatos e grupos políticos a adaptarem suas estratégias, o que tornou o uso das redes sociais um elemento essencial para alcançar e conquistar a preferência do eleitorado. Neste pleito, os prefeitos que buscavam a reeleição enfrentaram desafios distintos: alguns se beneficiaram de uma boa gestão da crise sanitária, enquanto outros sofreram desgaste político devido à insatisfação popular. Além disso, mudanças nas legislações eleitorais, como o fim das coligações proporcionais provocaram o fortalecimento de partidos maiores.

Gráfico 1 - Distribuição dos municípios pelo número de candidatos nas eleições municipais de 2020.



Fonte: Dados do TSE (2020), elaboração própria.

O contexto atípico, entretanto, parece não ter afetado elementos centrais da competição política nos municípios brasileiros. Quando observamos o conjunto dos 365 municípios analisados neste trabalho verifica-se a existência de disputa pela prefeitura em 100% deles, ou seja, todos os municípios observados cumpriram o requisito mínimo para competição, de ter ao menos duas candidaturas disputando o poder executivo local. O gráfico 1 traz a distribuição dos municípios pelo número de candidatos nas eleições de 2020.

Pouco mais de 48% dos municípios, que representam 176 cidades, tiveram entre 6 e 9 candidatos. Considerando o valor médio de 6,92 candidatos por município, esse recorte indica

uma concentração do número de candidatos em torno da média, com 62 municípios que tiveram 6 postulantes ao cargo executivo e 48 municípios tiveram 7 candidatos. Por outro lado, um terço dos municípios (33,42%) teve até 5 candidatos, o que pode indicar pleitos menores competitivos, possivelmente caracterizados pela presença de um ou dois candidatos favoritos, o que pode desestimular e limitar a entrada de novos concorrentes. Apenas 10 municípios tiveram só duas candidaturas, esse número pode ser explicado pelo recorte demográfico da amostra que leva em consideração apenas municípios com população superior a 80 mil habitantes, pois o padrão de apenas dois candidatos é comumente associado a municípios menores, onde o controle político tende a ser exercido por grupos tradicionais.

Já a parcela de municípios que teve 10 ou mais candidatos foi igual a 18,36% (67 municípios), o que é um indicativo de maior fragmentação política. Esses resultados indicam disputas mais abertas, com maior presença de partidos e lideranças locais tentando se viabilizar politicamente. Mas esse cenário também pode levar à pulverização dos votos e gerar resultados imprevisíveis. O município de Nova Friburgo - RJ teve a disputa com mais candidatos, 16 ao todo. Além disso, 5 municípios tiveram 15 candidatos: Belo Horizonte - MG, Curitiba - PR, Joinville - SC, Porto Velho - RO e Santos - SP. As capitais tiveram, em média, 11,44 candidatos, 3 capitais tiveram 15 candidatos, enquanto Rio Branco - AC teve apenas 7, sendo a capital com menor número de postulantes à cadeira de prefeito.

A tabela número 1 apresenta um resumo das estatísticas descritivas para a Margem de Vitória do candidato eleito nas eleições municipais de 2020. O conjunto dos municípios observados apresentou uma alta variabilidade nos seus resultados eleitorais.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas sobre margem de vitória.

	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Margem de Vitória	0,0005	0,9796	0,2849	0,2156	0,2330

Fonte: Dados do TSE (2020), elaboração própria.

Observando os resultados é possível identificar que a Margem de Vitória média ocorrida nas eleições desses municípios foi 0,2849, isso indica que os prefeitos eleitos venceram com, em média, 28,49% de vantagem. Esse número pode ser considerado muito elevado, visto que demonstra que os eleitos tiveram mais 1/4 do eleitorado de vantagem sobre seus concorrentes. A mediana dos resultados foi de 0,2156, abaixo da média, o que sugere a existência de

municípios com margens de vitória consideravelmente superiores, capazes de elevar a média. O desvio-padrão, por sua vez, foi de 0,2330 o que exemplifica a grande variação nos níveis de acirramento eleitoral encontrados entre os municípios. O município de Águas Linda de Goiás - GO registrou a eleição mais acirrada, onde a margem de vitória foi de apenas 0,0005% o que corresponde a uma diferença de 35 votos em um universo de mais de 67 mil votos válidos. Por outro lado, Itapevi, no estado de São Paulo, registrou a maior margem de vantagem de um prefeito eleito sobre o 2º colocado. O prefeito eleito, Igor Soares do PODEMOS obteve 98% dos votos válidos.

Tratando da reeleição observou-se que em 148 dos municípios dos 365 municípios observados o atual mandatário foi reeleito, representando 40,55% dos municípios. Esse percentual é consideravelmente maior quando comparado com conjunto de todos os municípios brasileiros, onde aproximadamente 36,60% das eleições foram vencidas por prefeitos que buscavam um segundo mandato. Essa diferença sugere que, nos municípios analisados, a taxa de sucesso dos prefeitos que tentaram a reeleição foi ligeiramente superior à média nacional, possivelmente refletindo fatores estruturais como o tamanho dos municípios, que pode ter impulsionado o protagonismo exercido pelos prefeitos durante a crise sanitária da Covid-19.

O Ranking de Competitividade dos Municípios é uma importante ferramenta para o entendimento dos pontos fortes e dos desafios enfrentados pelos municípios. Seus resultados podem ajudar empresas a tomarem decisões de investimento e prefeituras a melhor gerirem suas políticas públicas. A tabela 2 apresenta os resultados para os 5 municípios mais bem colocados no Ranking nas edições de 2021, 2022 e 2023. Além do município, a tabela traz a nota geral do Ranking, que varia de 0 a 100, obtida no referido ano.

A cidade de Barueri - SP se destaca por liderar o Ranking nos anos de 2021 e 2022, e apesar de cair para a terceira posição na edição de 2023, o município manteve uma nota elevada, acima dos 64 pontos. Por outro lado, Florianópolis - SC teve uma trajetória de crescimento constante, passando de terceiro lugar em 2021 para a liderança em 2023, o que evidencia o aumento da competitividade da capital catarinense. São Caetano do Sul - SP, que iniciou na vice-liderança em 2021, sofreu uma queda gradual, chegando ao quinto lugar em 2023. Essa variação pode sinalizar uma perda relativa de competitividade em comparação a outros municípios que evoluíram mais rapidamente. Já São Paulo - SP, município mais populoso do Brasil, manteve-se entre os cinco melhores nas três edições, o que indica a forte competitividade da capital paulista.

Tabela 2 - Os cinco municípios mais bem colocados no Ranking de Competitividade dos municípios em 2021, 2022 e 2023.

2021		2022		2023	
Município	Nota	Município	Nota	Município	Nota
Barueri - SP	68,26	Barueri - SP	68,79	Florianópolis - SC	65,92
São Caetano do Sul - SP	66,46	Florianópolis - SC	67,62	São Paulo - SP	64,39
Florianópolis - SC	64,58	São Caetano do Sul - SP	65,16	Barueri - SP	64,30
São Paulo - SP	64,48	Porto Alegre - RS	64,67	Porto Alegre - RS	63,30
Vitória - ES	64,00	São Paulo - SP	64,63	São Caetano do Sul - SP	63,16

Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP), elaboração própria.

É interessante notar que em todas as edições observadas o Top 5 era formado por municípios das regiões Sul e Sudeste. Destaque especial para o Estado de São Paulo que emplacou 3 municípios em todas as edições: Barueri, São Caetano do Sul e São Paulo, demonstrando a alta competitividade apresentada pelos municípios paulistas. Além da capital paulista e da capital catarinense, outras duas capitais figuraram entre as cinco melhores: Vitória, capital do Espírito Santo que alcançou a 5ª posição na edição de 2021, e Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, foi o 4º melhor município nas edições de 2022 e 2023. Essas mudanças revelam que, embora algumas cidades apresentem desempenhos consistentes, o ranking é competitivo e sujeito a variações conforme os municípios aprimoram suas estratégias de gestão e desenvolvimento.

4.2 Resultados das regressões

O estudo empírico foi realizado através de uma regressão com pooling com os 365 municípios de população superior a 80 mil habitantes, observando os resultados eleitorais de 2020 e os resultados do Ranking de Competitividade dos Municípios referente aos anos de 2021, 2022 e 2023, totalizando 1095 observações. As estimações foram realizadas com as quatro variáveis dependentes que indicam desenvolvimento representadas pelo Resultado geral do Ranking de Competitividade e pelos resultados isolados das três dimensões do Ranking, que foram regredidas com cada uma das três medidas que representam o nível de Competição Política.

Tabela 3 - Margem de vitória do candidato eleito.

	<i>Dependent variable:</i>			
	Nota Ranking (1)	Instituições (2)	Sociedade (3)	Economia (4)
Margem de Vitória	0.016*** (0.004)	0.014* (0.008)	0.026*** (0.007)	0.007 (0.005)
Nota ENEM	0.001*** (0.00004)	0.0003*** (0.0001)	0.001*** (0.0001)	0.001*** (0.0001)
População	0.002 (0.001)	0.010*** (0.003)	-0.011*** (0.002)	0.013*** (0.002)
Dependência Fiscal	-0.165*** (0.012)	-0.289*** (0.022)	-0.109*** (0.018)	-0.164*** (0.015)
Taxa de Investimento	0.094*** (0.025)	0.497*** (0.044)	-0.070* (0.038)	0.070** (0.031)
População Vulnerável	-0.154*** (0.010)	-0.064*** (0.018)	-0.255*** (0.015)	-0.088*** (0.012)
2022	0.010*** (0.003)	-0.052*** (0.005)	0.001 (0.004)	0.053*** (0.003)
2023	0.001 (0.003)	-0.045*** (0.005)	-0.005 (0.004)	0.032*** (0.004)
Constant	0.283*** (0.032)	0.455*** (0.058)	0.640*** (0.050)	-0.202*** (0.041)
Observations	1,095	1,095	1,095	1,095
R2	0.744	0.485	0.606	0.693
Adjusted R2	0.742	0.481	0.603	0.690
F Statistic (df = 8; 1086)	393.963***	127.962***	208.594***	305.776***

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Na tabela número 3 as variáveis dependentes relacionadas aos resultados gerais do Ranking e os resultados dos pilares: Instituições, Sociedade e Economia foram regredidas com variável independente Margem de vitória, que representa a diferença percentual entre o candidato eleito e o segundo colocado na disputa. A tabela dispõe de quatro colunas, cada uma das quais representando uma das variáveis dependentes.

O valor do coeficiente da Margem de Vitória se mostrou significativo a 1% e positivo quando se considera a Nota geral do Ranking. Esse resultado indica que uma margem de vitória mais elevada está relacionada com um maior resultado geral no Ranking, resultado diferente do esperado onde a hipótese inicial indicava que uma maior margem de vitória levaria a menor *accountability* e menor desempenho municipal. O R^2 ajustado acima de 0.74 indica que o conjunto das variáveis independentes explica de forma satisfatória a variabilidade do da Nota Geral do Ranking. Nessa mesma regressão as variáveis independentes de controle Notas ENEM e Taxa de investimento se mostraram significativas a 1% e também apresentaram sinal positivo. Esses resultados reforçam a relação entre a qualidade da educação e o desenvolvimento municipal, além de indicar que municípios que investem mais em infraestrutura e serviços públicos tendem a obter melhores resultados.

A variável Notas ENEM foi a única variável de controle que se mostrou significativa a 1% e positiva em todas as regressões. Ainda tratando do Ranking, os controles Dependência Fiscal e População Vulnerável apresentaram significância a 1% e sinal esperado. O resultado negativo atribuído a essas variáveis indica que municípios mais dependentes de repasses externos tendem a ter desempenhos piores, e trata do impacto negativo da Taxa de População Vulnerável reforçando a relação negativa entre a pobreza e o desenvolvimento. A variável que representa o ano de 2022 apresentou uma variação positiva significativa a 1% quando comparado com o ano base de 2021. Esse efeito positivo em 2022 pode indicar um impacto conjuntural favorável nesse período. Entretanto, como o coeficiente de 2023 não foi significativo, isso sugere que essa melhora não se manteve no ano seguinte.

A coluna (2) traz os resultados para a dimensão Instituições, que é composta por indicadores fiscais e de avaliação da qualidade administrativa dos municípios. A margem de vitória se mostrou significativa apenas a 10% quando se observou a dimensão Instituições, tal resultado sugere um impacto positivo, porém pouco significativo. Isso indica que pode haver uma relação entre maior margem de vitória e qualidade dos indicadores institucionais, mas essa relação não seria muito forte. O R^2 ajustado foi de 0.485, indicando que aproximadamente 48% da variabilidade nos indicadores fiscais e administrativos dos municípios é explicada pelas variáveis do modelo.

O coeficiente das variáveis Notas do ENEM e Taxa de investimento foram significativos a 1% e com o sinal esperado, reforçando argumentos sobre a importância da educação e do investimento público. O coeficiente que representa o log da população também se mostrou significativo a 1% com impacto positivo sobre a dimensão Instituições. Isso sugere que municípios mais populosos possuem maior capacidade de arrecadação e maior estrutura

administrativa, fatores que podem impactar positivamente os indicadores fiscais e de governança. Por outro lado, a Dependência fiscal e a Taxa de População Vulnerável mantiveram o sinal negativo também com significância a 1%. Os coeficientes dos anos de 2022 e 2023 foram negativos e estatisticamente significativos, indicando uma possível deterioração dos indicadores fiscais e administrativos em relação a 2021. Isso pode sugerir um contexto de dificuldades econômicas ou mudanças na gestão pública no contexto pós-pandemia.

Já a coluna (3) avalia os resultados da Margem de Vitória e a dimensão Sociedade. A Margem de Vitória também se mostrou significativa a 1%, tal resultado sugere que uma maior diferença de votos para o candidato eleito está relacionada com melhores indicadores de resultado do serviço público, educação, saúde, segurança e inclusão social. Nessa regressão apenas o coeficiente da variável Notas do ENEM se manteve significativo e positivo, reforçando a relação entre qualidade educacional e desenvolvimento social. Os coeficientes das variáveis População, Dependência fiscal e População Vulnerável se mostraram significativos, porém com o sinal negativo, indicando que uma população maior, um maior nível de dependência fiscal e uma maior parcela da população em situação de vulnerabilidade social impactam negativamente nos indicadores sociais apresentados pelo município. Além disso, os coeficientes que representam os anos de 2022 e 2023 não se mostraram significativos, sugerindo um cenário de estabilidade nos resultados durante o período de análise.

A coluna (4) trouxe os resultados para a relação entre a Margem de Vitória e a dimensão Economia. Diferentemente da Nota geral do Ranking e das outras dimensões, o impacto da margem de vitória eleitoral na dimensão Economia não foi estatisticamente significativo. Isso sugere que a diferença na votação do prefeito eleito não tem relação direta com o desempenho econômico do município. O R^2 ajustado dessa regressão foi de 0.693, indicando um bom nível de explicação das variáveis independentes sobre a variabilidade da dimensão Economia. Os coeficientes das variáveis Notas do ENEM, População e da Taxa de investimento foram significativos a 1% e com sinal positivo, enquanto a Dependência fiscal e a População vulnerável apresentaram sinal negativo. Os resultados dos coeficientes dos anos de 2022 e 2023 se mostraram significativos e positivos, indicando uma evolução ao longo do tempo, quando considerado a diferença com o ano base. A tabela número 4 apresenta o mesmo conjunto de variáveis dependentes dessa vez regredidas com outra variável independente de competição política, o Número de candidatos por município.

Tabela 4 - Número de candidatos.

	<i>Dependent variable:</i>			
	Nota Ranking (1)	Instituições (2)	Sociedade (3)	Economia (4)
Número de candidatos	-0.001 (0.0004)	-0.002** (0.001)	-0.001 (0.001)	0.0003 (0.001)
Nota ENEM	0.001*** (0.00005)	0.0003*** (0.0001)	0.001*** (0.0001)	0.001*** (0.0001)
População	0.004*** (0.002)	0.014*** (0.003)	-0.008*** (0.003)	0.013*** (0.002)
Dependência Fiscal	-0.164*** (0.012)	-0.289*** (0.022)	-0.107*** (0.019)	-0.163*** (0.015)
Taxa de Investimento	0.102*** (0.025)	0.493*** (0.044)	-0.057 (0.038)	0.079** (0.031)
População Vulnerável	-0.159*** (0.010)	-0.069*** (0.018)	-0.263*** (0.015)	-0.089*** (0.012)
2022	0.011*** (0.003)	-0.051*** (0.005)	0.001 (0.004)	0.053*** (0.003)
2023	0.001 (0.003)	-0.044*** (0.005)	-0.005 (0.004)	0.032*** (0.004)
Constant	0.266*** (0.034)	0.413*** (0.061)	0.614*** (0.052)	-0.196*** (0.043)
Observations	1,095	1,095	1,095	1,095
R2	0.741	0.486	0.601	0.692
Adjusted R2	0.739	0.482	0.598	0.690
F Statistic (df = 8; 1086)	388.227***	128.494***	204.535***	305.258***

Note:

*p<0.1; **p<0.05;

***p<0.01

O Número de candidatos como medida de competição se mostrou significativo para explicar o desenvolvimento dos municípios apenas quando consideramos a coluna (2), que representa a dimensão Instituições. Nessa regressão o número de candidatos apresentou um coeficiente negativo e significativo a 5% (-0.002), sugerindo que um maior número de candidatos está associado a piores indicadores fiscais e de qualidade administrativa. Isso pode indicar que eleições mais fragmentadas refletem instabilidade política e dificuldades na governança municipal. No Ranking Geral e nas dimensões Sociedade e Economia o número de candidatos não foi significativo, indicando que essa medida de competição política não tem um impacto relevante sobre essas áreas.

Mais uma vez, a variável Notas do ENEM teve um coeficiente positivo e altamente significativo (1%) em todas as dimensões, reforçando que a qualidade da educação tem forte correlação com o desempenho municipal. População apresentou coeficiente positivo e significativo a 1% em Instituições e Economia, mas negativo na dimensão Sociedade. Isso sugere que municípios maiores podem possuir uma melhor administração pública e desenvolvimento econômico, mas enfrentam desafios sociais. A Dependência Fiscal, novamente, teve coeficientes negativos e altamente significativos em todas as dimensões, reforçando a indicação de que municípios mais dependentes de repasses tendem a ter piores indicadores. Já o coeficiente da População Vulnerável teve efeito negativo a 1% em todas as dimensões, confirmando que a vulnerabilidade social está associada a piores desempenhos gerais. Os resultados para os anos de 2022 e 2023 não apresentaram um padrão claro. Enquanto na dimensão Instituições os dois anos apresentaram impacto significativo e resultado negativo, sugerindo uma piora ao longo dos anos, na dimensão Economia o impacto foi significativo e positivo, indicando uma possível recuperação econômica no período. Esse resultado sugere a influência da retomada plena da economia após o período de redução nas atividades econômicas que ocorreu no contexto pandêmico.

A tabela 5 traz os resultados referentes à variável de competição política medida pelo indicador de reeleição do prefeito. O coeficiente que indica reeleição foi positivo e altamente significativo a 1% para a Nota geral do Ranking (0.008) e para as dimensões Sociedade (0.011) e Economia (0.007), sugerindo que a reeleição está relacionada com melhores desempenhos nessas áreas. Por outro lado, na dimensão Instituições a coeficiente não foi significativa, indicando que a reeleição do incumbente não está diretamente relacionada com a variação dos indicadores que compõem essa dimensão. Repetindo outros cenários, os coeficientes da variável Notas ENEM se mostraram positivos e altamente significativos a 1% em todas as dimensões.

Tabela 5 - Reeleição.

	<i>Dependent variable:</i>			
	Nota Ranking	Instituições	Sociedade	Economia
	(1)	(2)	(3)	(4)
Reeleito	0.008*** (0.002)	0.005 (0.004)	0.011*** (0.003)	0.007*** (0.003)
Nota ENEM	0.001*** (0.00004)	0.0003*** (0.0001)	0.005*** (0.0001)	0.001*** (0.0001)
População	0.003* (0.001)	0.010*** (0.003)	-0.010*** (0.002)	0.014*** (0.002)
Dependência Fiscal	-0.165*** (0.012)	-0.288*** (0.022)	-0.108*** (0.018)	-0.164*** (0.015)
Taxa de Investimento	0.098*** (0.024)	0.502*** (0.044)	-0.061* (0.037)	0.068** (0.031)
População Vulnerável	-0.158*** (0.010)	-0.067*** (0.018)	-0.261*** (0.015)	-0.089*** (0.012)
2022	0.011*** (0.003)	-0.052*** (0.005)	0.001 (0.004)	0.053*** (0.003)
2023	0.002 (0.003)	-0.045*** (0.005)	-0.005 (0.004)	0.032*** (0.004)
Constant	0.288*** (0.032)	0.457*** (0.058)	0.645*** (0.050)	-0.197*** (0.041)
Observations	1,095	1,095	1,095	1,095
R2	0.745	0.485	0.605	0.694
Adjusted R2	0.743	0.481	0.602	0.692
F Statistic (df = 8; 1086)	395.632***	127.736***	207.756***	308.439***

Note:

*p<0.1; **p<0.05;

***p<0.01

A População, por sua vez, teve um impacto misto, os coeficientes dessa variável apresentaram uma relação positiva e muito significativa com as dimensões Instituições e

Economia, enquanto para a dimensão Sociedade a relação foi negativa, apesar de também ser significativa. A Nota do Ranking apresentou um resultado pouco expressivo, (0.003*). A Dependência fiscal também apresentou uma resposta consistente, tendo impacto negativo e altamente significativo em todas as regressões observadas. A Taxa de investimento não apresentou a mesma consistência, sendo positiva significativa na Nota geral e nas dimensões Instituições e Economia, enquanto na dimensão sociedade apresentou um impacto negativo, porém pouco significativo. O coeficiente da variável que representa a População Vulnerável teve efeito negativo e significativo a 1% em todas as dimensões, confirmando que a vulnerabilidade social está associada a piores desempenhos gerais. Os coeficientes relativos aos anos de 2022 e 2023 tiveram efeitos variados, 2022 se mostrou significativo a 1% quando considerado a Nota geral do Ranking, enquanto 2023 foi não significativa.

5 CONCLUSÕES

A ascensão de países não democráticos ao hall de potência econômica e seu aparente sucesso social reacenderam um debate fundamental: qual o regime de governo é capaz de melhor promover o desenvolvimento? Durante décadas, sobretudo nos países ocidentais, a democracia foi, quase que de forma unânime, tratada como o melhor regime possível para alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social. No entanto, o crescimento acelerado apresentado por países autoritários tem desafiado essa ideia, colocando em xeque o papel da democracia como elemento essencial para o desenvolvimento.

No Brasil, esse debate se interliga com a notória insatisfação da população com a classe política, e com a qualidade dos serviços públicos. Apesar de vivermos em uma democracia consolidada, muitos brasileiros não enxergam melhorias concretas em suas condições de vida, o que gera desconfiança pelo sistema. A percepção de corrupção, a ineficiência na gestão dos recursos públicos e a falta de um crescimento econômico consistente reforçam a sensação de desconfiança sobre o modelo político.

Entretanto, apesar das críticas e do justo sentimento de insatisfação, é fundamental reconhecer que a democracia continua sendo o regime que oferece as melhores condições para um desenvolvimento consistente e equitativo. Diferentemente dos regimes de viés autoritário, onde o poder se concentra em poucas mãos e as decisões são tomadas sem consulta popular, a democracia permite a participação ativa da sociedade na escolha de seus governantes e na

fiscalização das políticas públicas. Esse caráter participativo é essencial para corrigir distorções, garantir transparência e possibilitar ajustes que atendam às reais necessidades da população.

Nesse sentido, este trabalho adotou um elemento essencial do regime democrático para atestar seu impacto no desenvolvimento: a competição política. A competição política é algo que depende fundamentalmente do arranjo institucional promovido pela democracia. Sabendo disso, uma ampla gama de autores (Acemoglu e Robinson, 2000; Besley *et al.*, 2006; Uppal, 2011; Arvate, 2013; Ferraz *et al.*, 2020; Rezki, 2022) vê na competição política um mecanismo pelo qual surgem os incentivos para a implementação de políticas públicas eficientes capazes de gerar desenvolvimento econômico e social.

Logo, o presente trabalho buscou discutir de maneira abrangente a complexidade da relação entre a competição política e o desenvolvimento, ampliando a temática para o contexto específico dos municípios brasileiros. Ao considerar fatores institucionais e sociais inerentes ao contexto brasileiro, a pesquisa buscou oferecer uma visão mais profunda de como a dinâmica político-eleitoral influencia a eficácia das políticas públicas e o desenvolvimento dos entes federativos locais.

Posteriormente, é conduzida uma análise empírica com o objetivo de verificar e evidenciar os impactos da competição política sobre o desenvolvimento municipal, medido pelo Ranking de Competitividade dos Municípios. O fato de os municípios brasileiros possuírem ambientes institucionais similares permitiu a adoção de diversos controles na análise empírica. Enquanto a competição política foi mensurada por três distintas formas: Pela Margem de Vitória do eleito, pelo Número de candidatos e pela indicação de Reeleição do incumbente, o que permitiu a observação da significância de mais de uma forma de competição política.

De forma geral, as variáveis de competição política se mostraram significativas em ao menos uma das dimensões observadas, demonstrando que a competição política relacionada às variações nos indicadores fiscais e institucionais, medidos pela dimensão Instituições; De saúde e educação, medidos pela dimensão Sociedade e nos socioeconômicos, agregados pela dimensão Economia. Assim sendo, a análise empírica demonstra que a competição política afeta sim o desenvolvimento dos municípios e a qualidade das políticas públicas adotadas. Porém quando consideramos o nível relativo de influência, é possível dizer que a competição política sozinha, apresenta um efeito limitado sobre o desenvolvimento dos municípios, resultado que se alinha as evidências encontradas por Barros (2017), onde o impacto na competição política sobre a eficiência dos municípios é limitado por outros fatores, como o ambiente institucional.

Em suma, a competição política não é um elemento capaz de determinar por completo a trajetória de desenvolvimento dos municípios, mas com certeza é um fator importante nessa determinação, visto que é uma expressão do comportamento dos agentes políticos e, com isso, reflete na determinação das políticas públicas implementadas.

REFERÊNCIAS

Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2000). **Political losers as a barrier to economic development.** *American Economic Review*, 90(2), 126-130.

Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2006). **Economic backwardness in political perspective.** *American political science review*, 100(1), 115-131.

Arvate, P. R. (2013). **Electoral competition and local government responsiveness in Brazil.** *World Development*, 43, 67-83.

Ashworth, J., Geys, B., Heyndels, B., & Wille, F. (2006, April). **Political competition and local government performance: evidence from Flemish municipalities.** In *annual meeting of the European public choice society, Turku*.

Bardhan, P., & Yang, T. T. (2004). **Political competition in economic perspective.**

Barros, Terezinha Cabral de Albuquerque Neta (2017). **Competição política e eficiência municipal: uma análise do efeito da competição eleitoral local nas políticas públicas.** 2017. 150 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – *Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Recife, 2017.

Becker, G. S. (1958). **Competition and democracy.** *The Journal of Law and Economics*, 1, 105-109.

Becker, G. S. (1989). **Political competition among interest groups.** In *The political economy of government regulation* (pp. 13-27). Boston, MA: Springer US.

- Besley, T. J., Persson, T., & Sturm, D. M. (2005). **Political competition and economic performance: Theory and evidence from the United States.**
- Boylan, R. T., Ledyard, J., & McKelvey, R. D. (1996). **Political competition in a model of economic growth: Some theoretical results.** *Economic Theory*, 7(2), 191-205.
- Brambor, T., & Ceneviva, R. (2012). **Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros.** *Novos estudos CEBRAP*, 09-21.
- Centro De Liderança Pública (CLP). **Ranking de Competitividade dos Municípios.** 2025. Disponível em: <<https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- Federação Das Indústrias Do Estado Do Rio De Janeiro (FIRJAN). **Consulta ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).** 2025. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- Federal, S. (1988). **Constituição.** *Brasília (DF)*.
- Ferraz, C., & Finan, F. (2011). **Electoral accountability and corruption: Evidence from the audits of local governments.** *American Economic Review*, 101(4), 1274-1311.
- Ferraz, C., Finan, F., & Martinez-Bravo, M. (2020). **Political power, elite control, and long-run development: Evidence from Brazil (No. w27456).** National Bureau of Economic Research.
- G1. **Mais da metade dos prefeitos e vereadores se elege novamente em 2020.** G1, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/22/mais-da-metade-dos-prefeitos-e-vereadores-se-elege-novamente-em-2020.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- Jones, P. E. (2013). **The effect of political competition on democratic accountability.** *Political Behavior*, 35, 481-515.

Marciniuk, F. L., & Bugarin, M. S. (2019). **A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais.** *Revista Brasileira de Economia*, 73, 181-210.

Marques, P. M. (2011). **Estudo sobre competição política e performance econômica: evidências dos estados brasileiros.**

Mendes, M., & Rocha, C. A. A. (2004). **O que reelege um prefeito?.** Senado Federal, Consultoria Legislativa.

Naritomi, J., Soares, R. R., & Assunção, J. J. (2012). **Institutional development and colonial heritage within Brazil.** *The journal of economic history*, 72(2), 393-422.

Padovano, F., & Ricciuti, R. (2009). **Political competition and economic performance: evidence from the Italian regions.** *Public Choice*, 138, 263-277.

Programas Das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD). **O que é o IDHM**, 2025. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idhm>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Przeworski, Adam, ALVAREZ, Michael R., CHEIBUB, José Antonio & LIMONGI, Fernando. (2000), **“Democracy and Development: Political Institutions and Well-being in the World, 1950-1990”**. New York: Cambridge University Press.

Queiroz, D. B. (2018). **Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros.** *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 8(3), 68-77.

Rezki, J. F. (2022). **Political competition and economic performance: evidence from Indonesia.** *Economics of Governance*, 23(2), 83-114.

Schumpeter, Joseph A. **Capitalism, Socialism and Democracy.** New York: Harper & Row. 1942.; _____(id. Ib.) New York: Harper & Row. 1950.

Stigler, G. J. (1972). **Economic competition and political competition**. *Public Choice*, 91-106.

Vasquez, V. L. (2016). *Ao vencedor, a prefeitura: competição em eleições municipais (1996-2012)* (Doctoral dissertation, [sn]).

Anexo 1: Composição do Ranking de Competitividade dos Municípios

INSTITUIÇÕES	Sustentabilidade fiscal	Dependência fiscal	Razão entre as transferências correntes realizadas e a receita corrente total da administração pública municipal
		Taxa de investimento	Razão entre os investimentos liquidados e a receita corrente líquida da administração pública municipal
Funcionamento da máquina pública	Despesa com pessoal	Razão entre a despesa total com pessoal e a receita corrente líquida ajustada da administração pública municipal	
	Endividamento	Razão entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida da administração pública municipal	
	Custo da função administrativa	Razão entre o custo da função administrativa do poder executivo e a receita corrente líquida da administração pública municipal	
	Custo da função legislativa	Razão entre o custo da função legislativa e a receita corrente líquida da administração pública municipal	
	Qualidade da informação contábil e fiscal	Nota geral do município no ranking da qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios no Siconfi	
	Tempo para abertura de empresas	Tempo médio para abertura de empresas levando-se em consideração o tempo na etapa de viabilidade e o tempo na etapa de registro	
	Qualificação do servidor	Razão entre o número de servidores públicos municipais da administração direta com ensino superior e o número total servidores públicos municipais da administração direta	
SOCIEDADE	Acesso à saúde	Transparência municipal	Nota na Escala Brasil Transparente 360° da administração pública municipal, abrangendo as notas em transparência passiva e transparência ativa
		Cobertura da atenção básica	Razão entre a população coberta por equipes da atenção básica e a população do município
		Cobertura de saúde suplementar	Razão entre a população do município beneficiária de plano de saúde privado e a população total do município
		Cobertura vacinal	Indicador sintético da taxa de cobertura de vacinação para o conjunto de imunobiológicos definidos pelo Programa Nacional de Imunizações. Individualmente a taxa de cobertura de cada vacina é calculada por meio da razão entre o número de doses aplicadas da dose vacinal indicada (19, 29, 39 dose ou dose única, conforme a vacina) e a população alvo
	Qualidade da saúde	Atendimento pré-natal	Razão entre o número de nascidos vivos com sete ou mais consultas pré-natal e o número de nascidos vivos
		Mortalidade materna	Razão entre a quantidade de óbitos maternos e o número de nascidos vivos (por grupo de 100 mil)
		Desnutrição na infância	Razão entre a população de 0 a 5 anos, acompanhada pelo SISVAN, diagnosticada com desnutrição (IMC para a idade classificado como "magreza acentuada") e a população total de 0 a 5 anos acompanhada pelo SISVAN
		Obesidade na infância	Razão entre a população de 0 a 5 anos, acompanhada pelo SISVAN, com obesidade (IMC para a idade classificado como "obesidade") e a população total de 0 a 5 anos acompanhada pelo SISVAN
		Mortalidade na infância	Razão entre a quantidade de óbitos de menores de 5 anos e o número de nascidos vivos (por grupo de 1.000)
	Acesso à educação	Mortalidade por causas evitáveis	Razão entre a quantidade de óbitos na faixa etária de 5 a 49 anos por causas evitáveis e a população estimada na faixa etária de 5 a 49 anos (por grupo de 100 mil)
		Taxa de atendimento - Educação infantil	Razão entre a população de 0 a 5 anos matriculada na rede de ensino e a população estimada de 0 a 5 anos
		Taxa líquida de matrícula - Ensino fundamental	Razão entre a população de 6 a 14 anos matriculada no nível de ensino regular adequado para a faixa etária (ensino fundamental) e a população estimada de 6 a 14 anos
		Taxa líquida de matrícula - Ensino médio	Razão entre a população de 15 a 17 anos matriculada no nível de ensino regular adequado para a faixa etária (ensino médio) e a população estimada de 15 a 17 anos
		Alunos em tempo integral - Educação infantil	Razão entre o número de matrículas no ensino infantil em tempo integral e o número de matrículas no ensino infantil
		Alunos em tempo integral - Ensino fundamental	Razão entre o número de matrículas no ensino fundamental em tempo integral e o número de matrículas no ensino fundamental
	Qualidade da educação	Alunos em tempo integral - Ensino médio	Razão entre o número de matrículas no ensino médio em tempo integral e o número de matrículas no ensino médio
		IDEB - Ensino fundamental anos iniciais	Indicador de qualidade dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) da educação pública do Brasil, formulado a partir dos dados de fluxo escolar e do desempenho nas avaliações da rede de ensino
		IDEB - Ensino fundamental anos finais	Indicador de qualidade dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) da educação pública do Brasil, formulado a partir dos dados de fluxo escolar e do desempenho nas avaliações da rede de ensino
		IDEB - Ensino médio	Indicador de qualidade do ensino médio da educação pública do Brasil, formulado a partir dos dados de fluxo escolar e do desempenho nas avaliações da rede de ensino
	Segurança	ENEM	Nota média entre todas as cinco provas no ENEM (línguas, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; redação; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias) dos alunos formandos do ensino médio
Mortes violentas intencionais		Razão entre o número de óbitos classificados como mortes violentas intencionais (por local de ocorrência) e o número de habitantes (por grupo de 100 mil)	
Mortes por causas indeterminadas		Razão entre o número de óbitos por causas externas a partir de "eventos cuja intenção é indeterminada" (por local de ocorrência) e o número de habitantes (por grupo de 100 mil)	
Mortalidade de jovens por razões de segurança		Razão entre a quantidade de óbitos de jovens (faixa etária de 15 a 29 anos) por razões de segurança e a população estimada de jovens (por grupo de 100 mil)	
Mortalidade nos transportes		Razão entre o número de óbitos provocados por acidentes de transporte (por local de ocorrência) e o número de habitantes (por grupo de 100 mil)	
Saneamento	Morbidade nos transportes	Razão entre o número de internações provocadas por acidentes de transporte (por local de residência) e o número de habitantes (por grupo de 100 mil)	
	Cobertura do abastecimento de água	Razão entre a população atendida por abastecimento de água e a população do município	
	Perdas na distribuição de água	Razão entre o volume de água não consumida e o volume de água total	
	Perdas no faturamento de água	Razão entre o volume de água não faturado e o volume de água total	
	Cobertura da coleta de esgoto	Razão entre a população atendida com esgotamento sanitário e a população do município	
	Cobertura do tratamento de esgoto	Razão entre o volume de esgoto tratado e a diferença entre o volume de água consumida e o volume de água exportada	
	Cobertura da coleta de resíduos domésticos	Razão entre a população atendida pelo serviço de coleta de resíduos domésticos e a população do município	
Meio ambiente	Destinação do lixo	Razão entre a massa de resíduos depositados em solo com destinação inadequada (depósito em lixões ou aterros controlados) e a população do município	
	Emissões de gases de efeito estufa	Razão entre a emissão líquida (emissões - remoções) de toneladas de gases de efeito estufa (medido em carbono equivalente (CO ₂ e GWP-AR5)) e o PIB municipal em mil reais	
	Cobertura de floresta natural	Razão entre a área de floresta natural no município e a área total do município	
	Desmatamento ilegal	Razão entre a área do município em que houve desmatamento com indícios de ilegalidade/irregularidade e a área total do município	
	Velocidade do desmatamento ilegal	Média da velocidade desmatamento ilegal por alerta identificado no município	
ECONOMIA	Inserção econômica	Áreas recuperadas	Razão entre a área recuperada no município e a área total do município
		População vulnerável	Razão entre a quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único e a população do município
		Formalidade no mercado de trabalho	Razão entre a quantidade de pessoas empregadas em atividades formais em dezembro e a população estimada acima de 15 anos
	Inovação e dinamismo econômico	Crescimento dos empregos formais	Razão entre o número de empregos formais em dezembro do ano correspondente e o número de empregos formais em dezembro do ano anterior, menos 1
		Recursos para pesquisa e desenvolvimento científico	Razão entre o valor total dos recursos para fomento científico provenientes do CNPQ e a população do município
		Empregos no setor criativo	Razão entre o número de trabalhadores formais empregados em dezembro em estabelecimentos do setor criativo e o número de trabalhadores formais empregados em dezembro
		Crédito per capita	Razão entre o valor do saldo de crédito concedido, computado ao final do período, pelos bancos comerciais (e pelos bancos múltiplos com carteira comercial) e a população do município
		PIB per capita	Razão entre o Produto Interno Bruto municipal no ano e a população do município
		Crescimento do PIB per capita	Razão entre o Produto Interno Bruto per capita municipal no ano correspondente e o Produto Interno Bruto per capita municipal no ano anterior, menos 1
		Complexidade econômica	Indicador de complexidade econômica que mensura o nível de sofisticação da estrutura produtiva municipal
		Renda média do trabalho formal	Razão entre a massa salarial mensal média do trabalho formal (para os vínculos ativos em dezembro) e o número de trabalhadores formais com vínculo ativo em dezembro
	Capital humano	Crescimento da renda média do trabalho formal	Razão entre a renda média mensal dos trabalhadores formais com vínculo ativo em dezembro no ano correspondente e a renda média mensal dos trabalhadores formais com vínculo ativo em dezembro no ano anterior, menos 1
		Taxa bruta de matrícula - Ensino técnico e profissionalizante	Razão entre o número de matrículas no ensino técnico e profissionalizante e a população estimada de 15 a 24 anos
		Taxa bruta de matrícula - Ensino superior	Razão entre o número de matrículas no ensino superior e a população estimada de 18 a 24 anos
	Telecomunicações	Qualificação dos trabalhadores em emprego formal	Razão entre o número de trabalhadores formais empregados em dezembro com ensino superior e o número de trabalhadores formais empregados em dezembro
Acessos de telefonia móvel		Razão entre o número acessos de telefonia móvel e a população do município (por grupo de 100)	
Acessos de telefonia móvel - 4G		Razão entre o número acessos de telefonia móvel com tecnologia 4G e o número de acessos de telefonia móvel	
Acessos de banda larga		Razão entre o número acessos de banda larga e a população do município (por grupo de 100)	
Acessos de banda larga - Fibra ótica		Razão entre o número de acessos de conexão banda larga via fibra ótica e o número de acessos de conexão banda larga	
Acessos de banda larga - Alta velocidade		Razão entre o número de acessos de conexão banda larga com faixa de velocidade superior a 34 megabytes e o número de acessos de conexão banda larga	

HELIAN MICAEL LIMA SANTOS

**COMPETIÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO: evidências para municípios
brasileiros**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 11/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Klebson Humberto de Lucena Moura
(Orientador)
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Msc. Jessicka Portela de Brito
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Msc. Genésio Avelino da Silva Neto
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco